

Secretaria da Administração Penitenciária

Relatório de Sustentabilidade





SUMÁRIO

1. PALAVRA DO SECRETÁRIO	03
2. PERFIL ORGANIZACIONAL	04
3. PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO	73
4. GOVERNANÇA	75
5. INDICADORES DE DESEMPENHO	79
6. DESEMPENHO ECONÔMICO	93
7. DESEMPENHO AMBIENTAL	101
8. EQUIPE DE PRODUÇÃO	123



1. PALAVRA DO SECRETÁRIO

GR1.1

Os mais diversos estudos contemporâneos tratam o desenvolvimento sustentável como temática urgente. Solucionar os padrões insustentáveis de produção, de consumo e as causas da degradação ambiental é hoje um grande desafio global.

Desafio tão grande quanto o ideal da ressocialização humana.

Como se sabe, “re-socializar” é um processo de “re-treinamento”, uma ação onde a pessoa passa a agir de modo diverso do qual está acostumada. Assim, se a missão de uma instituição é a ressocialização, ela deve buscar alterar condutas por meio do ajustamento ao ambiente.

É nesse ponto que as diretrizes fundamentais da Secretaria da Administração Penitenciária se assemelham às do desenvolvimento sustentável. Ambas pretendem operar transformações no ser humano.

Atualmente, existem diversas iniciativas no Sistema Prisional Paulista que visam a sustentabilidade. Iniciativas essas que dizem respeito, por exemplo, à redução do uso de energia e de água, à utilização de papel reciclado, ao controle de emissões decorrentes do consumo; ao estabelecimento de condições de trabalho sadias; ao tratamento igualitário da força de trabalho; ao treinamento de servidores, à aceitação da diversidade e à política da anticorrupção.

A cada dia surgem novas possibilidades de evolução nessa área com tecnologias disponíveis na informação e na comunicação, no tratamento da água e esgoto e, em especial, nos mecanismos mais eficazes para a disposição final de resíduos.

Esse é o quadro onde se insere o presente relatório. Ele é resultado de um processo que visa identificar, mensurar, informar e divulgar as ações desta Secretaria de Estado com vistas à sustentabilidade, além de ser um instrumento que possibilita o diálogo sobre a implantação do processo de melhoria contínua dos serviços prestados em direção ao desenvolvimento sustentável.

LOURIVAL GOMES
SECRETÁRIO DE ESTADO



2. PERFIL ORGANIZACIONAL

2.1 A Secretaria da Administração Penitenciária

E o Sistema de Execução Penal

GRI 2.1, 2.2, 2.4 e 2.6

A Lei nº 8.209, de 04/01/93 criou e, o Decreto nº 36.463, de 26/01/93, organizou a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, órgão da administração direta do Governo do Estado de São Paulo, com sede à Av. Gal. Ataliba Leonel, nº 556 – Carandiru, São Paulo.

Seu público alvo é composto por presos provisórios e condenados a penas privativas de liberdade nos regimes fechado e semiaberto; por sentenciados às penas restritivas de direito, em especial as de prestação de serviços à comunidade, além dos que se encontram sob medida de segurança e os egressos, ou seja, os que deixaram as prisões.

Sua missão é promover o cumprimento penal no âmbito administrativo, proporcionando condições para reinserção social do condenado e do interno.

Na Execução Penal participam dois Poderes Estaduais: o Judiciário e o Executivo, por intermédio, respectivamente, dos órgãos jurisdicionais e dos estabelecimentos penais.

No Art. 1º da Lei nº 7.210, de 11/07/84, que instituiu a Lei de Execução Penal encontra-se consignado que:

“A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.”

Atribuições da Secretaria da Administração Penitenciária:

- Execução da política estadual de assuntos penitenciários;
- Organização, administração, coordenação, inspeção e fiscalização de estabelecimentos penais;
- Classificação dos condenados;
- Treinamento profissional dos sentenciados e o oferecimento de trabalho



remunerado;

- Assistência aos egressos e às famílias dos sentenciados;
- Emissão de pareceres sobre livramento condicional, indulto e comutação de penas;
- Realização de pesquisas criminológicas.

A Secretaria da Administração Penitenciária conta com a seguinte estrutura organizacional:

- Gabinete do Secretário, com:
 - Núcleo de Apoio Administrativo;
- Gabinete do Secretário Adjunto;
- Chefia de Gabinete;
- Assessoria Técnica de Gabinete;
- Assessoria de Imprensa;
- Assessoria Parlamentar;
- Assessoria Militar;
- Assistência Policial Civil de Assuntos Penitenciários;
- Ouvidoria do Sistema Penitenciário;
- Corregedoria do Sistema Penitenciário;
- Departamento de Controle da Execução Penal;
- Departamento de Inteligência e Segurança Penitenciária;
- Grupo de Planejamento Setorial;
- Comitê Gestor de Informação;
- Coordenadoria de Unidades Prisionais de São Paulo e da Grande São Paulo - CCAP;
- Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral – COREVALI;



- Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central -CRC;
- Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste -CRN;
- Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste - CRO;
- Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário -CS ;
- Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania - CRSC;
- Conselho Penitenciário do Estado;
- Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária;
- Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” - FUNAP

•Chefia de Gabinete, com:

- 1.Núcleo de Apoio Administrativo;
- 2.Assistência Técnica;
- 3.Departamento de Engenharia;
- 4.Departamento de Administração;
- 5.Departamento de Recursos Humanos;
- 6.Departamento de Tecnologia da Informação;
- 7.Escola da Administração Penitenciária “Dr. Luiz Camargo Wolfmann”;
- 8.Consultoria Jurídica;
- 9.Núcleo de Documentação e Informação

[illegible]



Unidades Orçamentárias da Secretaria da Administração Penitenciária:

- I.Administração Superior da Secretaria e da Sede;
- II.Coordenadoria de Unidades Prisionais de São Paulo e da Grande São Paulo;
- III.Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral;
- IV.Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado;
- V.Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado;
- VI.Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado;
- VII.Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário;
- VIII.Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania;
- IX.Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” - FUNAP.

Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Administração Superior da Secretaria e da Sede:

- 1. Gabinete do Secretário e Assessorias;
- 2. Conselho Penitenciário;
- 3. Escola de Administração Penitenciária “Dr. Luiz Camargo Wolfmann”;
- 4. Departamento de Administração.

Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Coordenadoria de Unidades Prisionais de São Paulo e da Grande São Paulo:

- 1. Departamento de administração da CCAP;
- 2. Penitenciária “Mário de Moura e Albuquerque”, de Franco da Rocha;
- 3. Penitenciária “Nilton Silva”, de Franco da Rocha;
- 4. Penitenciária “Adriano Marrey”, de Guarulhos;



5. Penitenciária “José Parada Neto”, de Guarulhos;
6. Penitenciária Feminina da Capital;
7. Penitenciária Feminina “Dra. Mariana Marigo Cardoso de Oliveira”, do Butantan;
8. Centro de Progressão Penitenciária de Franco da Rocha;
9. Centro de Detenção Provisória Chácara Belém I;
10. Centro de Detenção Provisória “Agente de Segurança Penitenciária Paulo Gilberto de Araújo”;
11. Centro de Detenção Provisória de Vila Independência;
12. Centro de Detenção Provisória I de Osasco “Éderson Vieira de Jesus”;
13. Centro de Detenção Provisória “Agente de Segurança Penitenciária Vanda Rita Brito do Rego”, de Osasco;
14. Centro de Detenção Provisória de Santo André;
15. Centro de Detenção Provisória “Agente de Segurança Penitenciária Giovani Martins Rodrigues”, de Guarulhos;
16. Centro de Detenção Provisória de Guarulhos II;
17. Centro de Detenção Provisória “Agente de Segurança Penitenciária Vicente Luzan da Silva”, de Pinheiros;
18. Centro de Detenção Provisória “Agente de Segurança Penitenciária Joaquim Fonseca Lopes”, de Parelheiros;
19. Centro de Progressão Penitenciária de São Miguel Paulista
20. Penitenciária de Franco da Rocha III;
21. Centro de Detenção Provisória “Agente de Segurança Penitenciária Nilton Celestino”, de Itapeverica da Serra;
22. Centro de Detenção Provisória “Agente de Segurança Penitenciária Willians Nogueira Benjamim”, de Pinheiros;
23. Centro de Detenção Provisória de Mauá;
24. Centro de Detenção Provisória de Franco da Rocha;



25. Centro de Detenção Provisória “Doutor Calixto Antonio”, de São Bernardo do Campo;
26. Centro de Detenção Provisória de Diadema
27. Penitenciária Feminina “Sant’Ana”
28. Centro de Detenção Provisória IV, de Pinheiros;
29. Centro de Detenção Provisória III, de Pinheiros.

Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral:

1. Departamento de administração da COREVALI
2. Centro de Progressão Penitenciária “Dr. Edgard Magalhães Noronha”, de Tremembé;
3. Penitenciária Feminina “Sta. Maria Eufrásia Pelletier”, de Tremembé;
4. Penitenciária “Dr. Tarcizo Leonce Pinheiro Cintra”, de Tremembé;
5. Penitenciária “Dr. Geraldo de Andrade Vieira”, de São Vicente;
6. Penitenciária II de São Vicente;
7. Centro de Progressão Penitenciária “Dr. Rubens Aleixo Sendin”, de Mongaguá;
8. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico “Dr. Arnaldo Amado Ferreira”, de Taubaté;
9. Penitenciária “Dr. José Augusto César Salgado”, de Tremembé;
10. Centro de Detenção Provisória “Dr. Félix Nobre de Campos”, de Taubaté;
11. Centro de Detenção Provisória “Luis Cesar Lacerda”, de São Vicente;
12. Penitenciária I de Potim;
13. Penitenciária II de Potim;



14. Centro de Detenção Provisória de Mogi das Cruzes;
15. Centro de Detenção Provisória de Suzano;
16. Centro de Detenção Provisória de São José dos Campos;
17. Centro de Detenção Provisória de Praia Grande;
18. Centro de Detenção Provisória de Caraguatatuba.

Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária
Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado:

1. Departamento de Administração da CRC;
2. Penitenciária “João Batista de Arruda Sampaio”, de Itirapina;
3. Penitenciária “Joaquim de Sylos Cintra”, de Casa Branca;
4. Penitenciária “Odon Ramos Maranhão”, de Iperó;
5. Penitenciária Feminina de Campinas;
6. Centro de Progressão Penitenciária “Prof. Ataliba Nogueira”, de Campinas;
7. Penitenciária I de Hortolândia;
8. Penitenciária “Odete Leite de Campos Critter”, de Hortolândia;
9. Penitenciária “Dr. Danilo Pinheiro”, de Sorocaba;
10. Penitenciária “Dr. Antônio de Souza Neto”, de Sorocaba;
11. Penitenciária “Jairo de Almeida Bueno”, de Itapetininga;
12. Penitenciária II de Itapetininga;
13. Penitenciária “Dr. Antonio de Queiroz Filho”, de Itirapina;
14. Centro de Detenção Provisória de Campinas;
15. Centro de Detenção Provisória “Nelson Furlan”, de Piracicaba;
16. Centro de Detenção Provisória de Sorocaba;



17. Centro de Detenção Provisória de Hortolândia;
18. Centro de Detenção Provisória de Americana;
19. Penitenciária I de Guareí;
20. Penitenciária II de Guareí;
21. Penitenciária III de Hortolândia.

Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária
Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado:

1. Departamento de Administração da CRN;
2. Penitenciária “Osiris Souza e Silva”, de Getulina;
3. Penitenciária “Luiz Gonzaga Vieira”, de Pirajuí;
4. Penitenciária “Valentim Alves da Silva”, de Álvaro de Carvalho;
5. Penitenciária de Ribeirão Preto;
6. Penitenciária “Orlando Brando Filinto”, de Iaras;
7. Penitenciária “Nelson Marcondes do Amaral”, de Avaré;
8. Penitenciária “Cabo PM - Marcelo Pires da Silva”, de Itaí;
9. Instituto Penal Agrícola “Prof. Noé de Azevedo”, de Bauru;
10. Penitenciária “Dr. Alberto Brocchieri”, de Bauru;
11. Penitenciária “Dr. Eduardo de Oliveira Vianna”, de Bauru;
12. Penitenciária de Marília;
13. Penitenciária “Dr. Walter Faria Pereira de Queiroz”, de Pirajuí;
14. Penitenciária “Dr. Sebastião Martins Silveira”, de Araraquara;
15. Penitenciária “Dr. Paulo Luciano de Campos”, de Avaré;
16. Centro de Detenção Provisória de Ribeirão Preto;
17. Penitenciária I de Serra Azul;



18. Penitenciária II de Serra Azul;
19. Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto;
20. Centro de Detenção Provisória de Bauru;
21. Penitenciária de Avanhandava;
22. Penitenciária I de Reginópolis;
23. Penitenciária II de Reginópolis;
24. Penitenciária “Rodrigo dos Santos Freitas”, de Balbinos;
25. Penitenciária II de Balbinos;
26. Centro de Detenção Provisória de Serra Azul.

Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária
Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado:

1. Departamento de Administração da CRO;
2. Penitenciária de Junqueirópolis;
3. Penitenciária de Lucélia;
4. Penitenciária de Martinópolis;
5. Penitenciária de Pacaembu;
6. Penitenciária de Andradina;
7. Penitenciária de Valparaíso;
8. Penitenciária “Maurício Henrique Guimarães Pereira”, de Presidente Venceslau;
9. Penitenciária “João Batista de Santana”, de Riolândia;
10. Penitenciária “Nestor Canoa”, de Mirandópolis;
11. Penitenciária II de Mirandópolis;
12. Penitenciária “Sílvio Yoshihiko Hinohara”, de Presidente Bernardes;
13. Penitenciária de Presidente Prudente “Wellington Rodrigo Segura”;



14. Penitenciária “Zwinglio Ferreira”, de Presidente Venceslau;
15. Penitenciária de Assis;
16. Instituto Penal Agrícola “Dr. Javert de Andrade”, de São José do Rio Preto;
17. Centro de Readaptação Penitenciária “Dr José Ismael Pedrosa”, de Presidente Bernardes;
18. Penitenciária de Dracena;
19. Penitenciária de Pracinha;
20. Penitenciária I de Lavínia;
21. Penitenciária de Osvaldo Cruz;
22. Penitenciária de Paraguaçu Paulista;
23. Centro de Progressão Penitenciária de Valparaíso;
24. Centro de Progressão Penitenciária de Pacaembu;
25. Centro de Detenção Provisória de São José do Rio Preto;
26. Penitenciária “João Augustinho Panucci”, de Marabá Paulista;
27. Penitenciária de Flórida Paulista;
28. Penitenciária de Irapuru;
29. Penitenciária de Tupi Paulista;
30. Centro de Detenção Provisória “Tácio Aparecido Santana”, de Caiuá;
31. Penitenciária II de Lavínia;
32. Penitenciária III de Lavínia.

Constituem Unidades de Despesa da Unidade Orçamentária
Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário:

Departamento de Administração da CS;

1. Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário;



2.Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico “Prof. André Teixeira Lima”, de Franco da Rocha;

3.Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico II, de Franco da Rocha.

Constitui Unidade de Despesa da Unidade Orçamentária Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania

1.Departamento de Administração.

As Unidades Penais estão divididas em:

Centro de Detenção Provisória/Anexo de Detenção Provisória Penitenciária
Centro de Progressão Penitenciária/Ala de Progressão Penitenciária/ Anexo de Regime Semiaberto
Instituto Penal Agrícola
Centro de Ressocialização
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
Hospital Penitenciário
Centro de Readaptação Penitenciária

Principais características dos Estabelecimentos Penais:

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	Presos provisórios (Aguardam julgamento);
	Regime fechado;
	- Construído para abrigar a população dos Distritos Policiais e Cadeias Públicas;
	- Oferece maior segurança;
	- Geração de empregos diretos: 293;
-	Segurança: circuito fechado de TV, Raio X, detectores de metais, além de alarmes.

ANEXO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	Presos provisórios (Aguardam julgamento);
	Regime fechado;
	- Anexo a outro Estabelecimento Penal;
	- Construído para abrigar a população dos Distritos Policiais e Cadeias Públicas;



PENITENCIÁRIA	
	Presos condenados ao cumprimento de penas privativas de liberdade;
-	Regime fechado;
-	Oferece mais condições de recuperação;
-	Geração de empregos diretos: 367;
-	Serviços assistenciais: saúde, odontológico, psicológico, jurídico, social, educativo, religioso, laborterápico etc;
-	Segurança: circuito fechado de TV, Raio X, detectores de metais, além de alarmes.

CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA	
	Presos condenados ao cumprimento de penas privativas de liberdade;
-	Regime semiaberto;
-	Mais facilidade para o processo de ressocialização;
-	O preso pode trabalhar e estudar dentro ou fora do Estabelecimento Penal;
-	Geração de empregos diretos: 233;
-	Serviços assistenciais: saúde, odontológico, psicológico, jurídico, social, educativo, religioso, laborterápico etc.;

ALA DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA ANEXO DE REGIME SEMI ABERTO	
	Anexo a outro Estabelecimento Penal;
	Regime semiaberto;
-	Unidades construídas junto a estabelecimento penal de regime fechado.



CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO	
-	Administrado em parceria com entidade do terceiro setor;
-	Unidade mista (regime fechado, semiaberto e provisório);
-	Participação mais efetiva da comunidade;
-	Serviços assistenciais: saúde, odontológico, psicológico, jurídico, social, educativo, religioso, laborterápico etc.;
-	Geração de empregos diretos: 61.

CENTRO DE READAPTAÇÃO PENITENCIÁRIA	
-	Celas individuais (segurança máxima);
-	Regime fechado;
-	Segurança: circuito fechado de TV, Raio X, detectores de metais, além de alarmes.
-	RDD - Regime Disciplinar Diferenciado;
-	Número de tentativas/fugas: ZERO;
-	Geração de empregos diretos: 207.

HOSPITAIS	
-	Custódia e Tratamento Psiquiátrico
-	Penitenciário

Obs. Todas as unidades possuem sistema de segurança e serviços assistenciais, contudo sua ênfase é diferenciada de acordo com a destinação.





2.2. Porte da Organização

GR2.8 Em 2009 a Secretaria da Administração Penitenciária teve sob sua administração um orçamento de R\$ 2.127.298.507,00 (dois bilhões cento e vinte e sete milhões, duzentos e noventa oito mil e quinhentos e sete reais), incluindo despesa com pessoal. Com o total de 32 517 (trinta e dois mil, quinhentos e dezessete) servidores administrando 147 (cento e quarenta e sete), Unidades Penais, que atenderam 154.444 (cento e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro) indivíduos tutelados.

2.3 Principais Realizações

GR2.9

Área de atuação do Sistema Prisional e Execução Penal

2.3.1.Segurança e Disciplina

A manutenção da segurança e disciplina nas Unidades Penais é resultado de um trabalho com foco na padronização dos procedimentos internos, na intensificação das revistas e vistorias e nos investimentos em equipamentos de segurança que visam coibir a entrada de objetos não permitidos.

Na área de segurança ressalta-se ainda:

- O Departamento de Inteligência e Segurança Penitenciária, diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário, criado e organizado pelo Decreto nº 49.874, de 09/08/05;
- Os Grupos de Negociadores de Crise, subordinados a cada Coordenadoria Regional de Unidades Penais, com atuação consoante filosofia estabelecida pela Pasta;
- Os Grupos de Intervenção Rápida, distribuídos pelo Estado de São Paulo, especialmente treinados e equipados para atuação imediata em situações adversas.



2.3.2. Servidores

Para manter o padrão e a qualidade do atendimento aos cidadãos e reeducandos, foram nomeados na Secretaria da Administração Penitenciária, entre 2007 e 2008, 1.477 mil novos servidores, todos aprovados em concurso público. Esse é um mecanismo imparcial para o provimento de cargos públicos, não importando credo ou etnia do ingressante. Pelo concurso, os cargos da Secretaria são acessíveis a todos os brasileiros, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos.

O departamento de Recursos Humanos da SAP no decorrer de 2009 desempenhou um papel importante nas ações acima descritas, foi um trabalho em ritmo e esforços bastante forte, com nomeação de 3.073 novos funcionários, que nos leva a um cálculo de média de aproximadamente oito novos funcionários por dia, que ingressaram em nossa Secretaria.

ANO	NÚMERO DE SERVIDORES DA SECRETARIA
2007	30 231
2008	31 708
2009	32 517

Para o treinamento desses ingressantes, a Escola da Administração Penitenciária desenvolveu diversos cursos de capacitação e treinamento.

ENTRE 2006 E 2009	
3.733 funcionários participaram do “Curso de Formação” Técnico Profissional de Agentes de Segurança Penitenciária ”	O “Curso de Sistematização de Referências Profissionais” foi aplicado a 25.740 servidores.
5.701 Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária fizeram o curso de Capacitação na Área de Segurança Externa	8.103 técnicos, entre oficiais administrativos, motoristas, profissionais da saúde e manutenção receberam formação e treinamentos específicos.

2.3.3. Obras



Construções e reformas iniciadas ou concluídas nas Unidades Penais da Secretaria da Administração Penitenciária nos anos de 2007, 2008 e 2009:

OBRAS SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA					
MUNICÍPIO	STATUS	TIPO	DATA TÉRMINO	INVESTIMENTO R\$ MIL	
ÁLVARO DE CARVALHO	concluída	obra nova	14/3/2007	R\$	1.112,10
ÁLVARO DE CARVALHO	concluída	reforma / ampliação	10/8/2007	R\$	50,15
ARARAQUARA	concluída	reforma emergencial	31/5/2007	R\$	16.146,22
ASSIS	concluída	obra nova	26/3/2007	R\$	6.653,55
ATIBAIA	concluída	reforma / adequação	27/2/2007	R\$	1.869,82
AVARÉ	concluída	reforma emergencial	18/3/2007	R\$	4.659,43
BAURU	concluída	reforma / adequação	28/4/2009	R\$	112,74
BAURU	concluída	reforma / adequação	15/3/2008	R\$	112,80
BAURU	concluída	reforma / adequação	19/2/2008	R\$	95,36
BAURU	concluída	reforma emergencial	19/1/2008	R\$	76,26
GUARÉÍ	concluída	reforma / adequação	26/3/2007	R\$	885,27
GUARÉÍ	concluída	reforma / adequação	17/4/2007	R\$	925,12
GUARULHOS	concluída	reforma / adequação	13/3/2007	R\$	20,94
HORTOLÂNDIA	concluída	obra nova	13/8/2007	R\$	584,55
HORTOLÂNDIA	concluída	reforma emergencial	2/1/2007	R\$	2.165,96
IARAS	concluída	reforma / adequação	24/4/2007	R\$	5.395,13
ITAPETININGA	concluída	reforma / adequação	10/12/2007	R\$	312,15
ITIRAPINA	concluída	reforma / adequação	20/3/2008	R\$	701,84
ITIRAPINA	concluída	reforma emergencial	23/2/2007	R\$	5.573,12
MIRANDÓPOLIS	concluída	reforma emergencial	19/2/2007	R\$	116,46
MIRANDÓPOLIS	concluída	reforma emergencial	12/5/2007	R\$	5.509,81
OSASCO	concluída	reforma emergencial	8/1/2007	R\$	1.881,93
PIRACICABA	concluída	ampliação	15/3/2008	R\$	232,43
POTIM	concluída	reforma / adequação	4/2/2007	R\$	971,64
PRACINHA	concluída	reforma geral	30/6/2007	R\$	155,80
PRAIA GRANDE	concluída	reforma / adequação	29/5/2007	R\$	34,36
PRESIDENTE BERNARDES	concluída	reforma emergencial	1/1/2007	R\$	340,15
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	concluída	reforma / ampliação	5/6/2007	R\$	479,36
SÃO PAULO / PARELHEIROS	concluída	reforma / adequação	17/6/2007	R\$	954,52
SÃO PAULO / SANTANA	concluída	ampliação	14/2/2007	R\$	853,09
SÃO PAULO / SANTANA	concluída	reforma / adequação	16/3/2007	R\$	39,73
SÃO PAULO / SANTANA	concluída	reforma / adequação	27/4/2007	R\$	10.098,42
SÃO VICENTE	concluída	obra nova	15/7/2007	R\$	11.303,71
SERRA AZUL	concluída	reforma / adequação	15/3/2008	R\$	3.802,22
SUZANO	concluída	reforma emergencial	3/6/2007	R\$	513,01
TAUBATÉ	concluída	reforma / adequação	28/12/2007	R\$	13,67
TREMEMBÉ	concluída	reforma / adequação	30/9/2007	R\$	197,85
VALPARAÍSO	concluída	reforma emergencial	23/2/2007	R\$	5.486,22
ANDRADINA	em execução	obra nova	24/6/2009	R\$	122,61
ASSIS	em execução	equipamentos e instalações	30/8/2009	R\$	2.411,91
AVARÉ	em execução	obra nova	8/7/2009	R\$	113,27
CAMPINAS	em execução	obra nova	15/7/2009	R\$	3.806,46
CAMPINAS	em execução	reforma / adequação	15/8/2009	R\$	206,44
CASA BRANCA	em execução	reforma / adequação	30/10/2009	R\$	5.327,05
FRANCA	em execução	obra nova	24/10/2009	R\$	25.022,14
FRANCO DA ROCHA	em execução	reforma / adequação	30/10/2009	R\$	1.175,34
FRANCO DA ROCHA	em execução	reforma / adequação	30/9/2009	R\$	1.242,19
FRANCO DA ROCHA	em execução	reforma / adequação	27/7/2009	R\$	1.270,00
GUARÉÍ	em execução	reforma / ampliação	25/7/2009	R\$	3.155,58
GUARULHOS	em execução	reforma / adequação	30/9/2009	R\$	2.445,93
GUARULHOS	em execução	reforma / adequação	31/7/2009	R\$	1.437,24
IPERÓ	em execução	reforma / adequação	7/7/2008	R\$	6.583,38



ITAPETININGA	em execução	reforma / adequação	30/9/2009	R\$	3.218,51
JUNDIAÍ	em execução	obra nova	11/10/2009	R\$	20.484,47
MARTINÓPOLIS	em execução	reforma / adequação	23/5/2009	R\$	1.356,58
MIRANDÓPOLIS	em execução	reforma / adequação	22/6/2009	R\$	6.357,18
MOGI DAS CRUZES	em execução	reforma / adequação	31/7/2009	R\$	759,20
MONGAGUÁ	em execução	reforma / adequação	20/9/2009	R\$	6.138,91
PACAEMBÚ	em execução	reforma / adequação	31/10/2009	R\$	690,67
PRESIDENTE PRUDENTE	em execução	reforma / adequação	13/6/2009	R\$	226,62
PRESIDENTE VENCESLAU	em execução	reforma / adequação	6/7/2009	R\$	234,22
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	em execução	obra nova	30/12/2009	R\$	32.346,81
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	em execução	reforma / adequação	18/10/2009	R\$	5.881,01
SÃO PAULO / SANTANA	em execução	obra nova	16/9/2009	R\$	1.498,46
SÃO PAULO / SANTANA	em execução	obra nova	28/7/2009	R\$	978,15
SÃO PAULO / SANTANA	em execução	reforma / adequação	29/10/2009	R\$	1.516,44
SÃO PAULO / SANTANA	em execução	reforma / adequação	5/11/2009	R\$	141,97
SÃO PAULO / VILA PRUDENTE	em execução	reforma / adequação	31/5/2009	R\$	813,42
SÃO VICENTE	em execução	reforma / adequação	13/6/2009	R\$	3.860,67
SÃO VICENTE	em execução	reforma / adequação	5/6/2009	R\$	6.176,96
SOROCABA	em execução	reforma / adequação	20/6/2009	R\$	285,94
TAUBATÉ	em execução	reforma emergencial	30/4/2009	R\$	680,00
TREMEMBÉ	em execução	obra nova	6/1/2010	R\$	37.072,75
TREMEMBÉ	em execução	reforma / adequação	15/10/2009	R\$	2.348,39
TUPI PAULISTA	em execução	obra nova	31/1/2010	R\$	38.400,91
VALPARAÍSO	em execução	obra nova	24/7/2009	R\$	430,83
AVARÉ	entregue	reforma / adequação	20/12/2008	R\$	459,16
BAURU	entregue	reforma / adequação	26/2/2008	R\$	95,36
BAURU	entregue	reforma / adequação	8/3/2009	R\$	316,46
BAURU	entregue	reforma / adequação	27/3/2009	R\$	280,27
BIRIGUI	entregue	reforma / adequação	9/11/2008	R\$	241,05
CAIUÁ	entregue	equipamentos e instalações	22/7/2008	R\$	323,00
CAMPINAS	entregue	reforma / adequação	14/12/2008	R\$	1.355,68
CARAGUATATUBA	entregue	obra nova	11/7/2008	R\$	19.774,39
CASA BRANCA	entregue	reforma / adequação	11/11/2008	R\$	453,90
IARAS	entregue	reforma emergencial	16/3/2009	R\$	3.629,87
ITAÍ	entregue	reforma / adequação	28/12/2008	R\$	321,75
ITAPETININGA	entregue	reforma / adequação	7/11/2008	R\$	554,11
MARÍLIA	entregue	reforma / adequação	28/1/2009	R\$	409,56
MARTINÓPOLIS	entregue	reforma / ampliação	30/3/2009	R\$	3.035,05
OSASCO	entregue	reforma emergencial	21/12/2008	R\$	1.695,01
PACAEMBÚ	entregue	reforma / adequação	25/3/2009	R\$	818,05
PARAGUAÇU PAULISTA	entregue	reforma / adequação	28/3/2009	R\$	1.438,21
PRESIDENTE VENCESLAU	entregue	reforma / adequação	5/12/2008	R\$	311,14
PRESIDENTE VENCESLAU	entregue	reforma / ampliação	28/11/2008	R\$	293,43
RIBEIRÃO PRETO	entregue	reforma / adequação	20/12/2008	R\$	448,67
RIBEIRÃO PRETO	entregue	reforma emergencial	20/11/2008	R\$	1.359,91
SÃO BERNARDO DO CAMPO	entregue	equipamentos e instalações	27/6/2008	R\$	334,37
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	entregue	reforma / adequação	26/11/2008	R\$	220,50
SÃO PAULO / PINHEIROS	entregue	reforma / adequação	2/11/2008	R\$	3.785,26
SÃO PAULO / PINHEIROS	entregue	reforma / adequação	31/10/2008	R\$	4.126,87
SÃO PAULO / SANTANA	entregue	obra nova	3/4/2009	R\$	759,68
SÃO PAULO / SANTANA	entregue	obra nova	28/12/2008	R\$	433,22
SÃO VICENTE	entregue	equipamentos e instalações	23/12/2008	R\$	3.167,82
SERRA AZUL	entregue	obra nova	20/4/2008	R\$	18.603,55
SUZANO	entregue	reforma / ampliação	25/1/2009	R\$	245,54
TAUBATÉ	entregue	reforma / adequação	24/1/2009	R\$	556,35
TREMEMBÉ	entregue	reforma / adequação	23/12/2008	R\$	597,25
TREMEMBÉ	entregue	reforma / adequação	21/1/2009	R\$	1.675,37
CASA BRANCA	suspensa	obra nova	13/4/2008	R\$	4.212,01
IPERÓ	suspensa	equipamentos e instalações	21/6/2009	R\$	465,41



Início das obras	Data do termino: e ou previsão:
CDP de Franca - Outubro 2008.	Março de 2010
CDP de Jundiaí - Novembro 2008.	Agosto de 2010
Centro de Progressão Penitenciária de São José do Rio Preto - 2008	Abril de 2010
Penitenciária Feminina de Tupi Paulista - 2008	Abril de 2010
Penitenciária Feminina de Tremembé - 2008	Abril de 2010

REFORMAS

Penitenciária I de São Vicente		data do termino: e ou previsão: abril/ 2010
Penitenciária II de São Vicente		data do termino:e ou previsão: abril /2010
Centro de Progressão Penitenciária de Mongaguá		data do termino: 25/11/2009
Penitenciária II de Mirandópolis		data do termino: 28/10/2009
Penitenciária de Martinópolis		data do termino: 02/06/2009
Centro de Detenção Provisória de São José dos Campos		data do termino: e ou previsão: 29/03/2010
Penitenciária de Iperó recuperação de sistema de tratamento de esgoto		data do termino: 26/01/2010
Penitenciária de Iaras emergencial		data do termino: 25/05/2009



Outras reformas deram seguimento ao planejamento de obras da Engenharia, no intuito de trazer melhorias e ou benfeitorias às unidades do sistema.

PROGRAMA 2009 DE REFORMAS, AMPLIAÇÕES E ADEQUAÇÕES EM UNIDADES PRISIONAIS			
ITEM	ESCOPO	UNIDADE	PREVISAO
1	REFORMA COZINHA	PENITENCIÁRIA AVARE	ENTREGUE EM MARÇO
2	REFORMA PISO, CELAS	CDP VILA INDEPENDENCIA	ENTREGUE EM MARÇO
3	MONTAGEM COZINHA INDL.	PENITENCIÁRIA BAURU	ENTREGUE EM MARÇO
6	REFORMA COZINHA	PENITENCIÁRIA MARTINOPOLIS	ENTREGUE EM ABRIL
8	REFORMA GERAL	PENITENCIÁRIA II DE MIRANDOPOLIS	ENTREGUE EM MAIO
9	FECHAMENTO TUNEL	PENITENCIÁRIA AVARE	ENTREGUE EM MAIO
16	RECUPERAÇÃO PISTA	PENITENCIÁRIA PACAEMBU	ENTREGUE EM JULHO
17	REFORMA MURO E ALAMBRADO	CPP CAMPINAS	ENTREGUE EM AGOSTO
18	PERFURAÇÃO DE POÇO	PENITENCIÁRIA ANDRADINA	ENTREGUE EM SETEMBRO

Nesse período, também foram entregues as obras dos Centros de Detenção Provisória de Serra Azul, Caraguatatuba, de Pinheiros III e IV, além do Anexo de Detenção Provisória (ADP) de São Vicente ter iniciado suas atividades. Nos ADPs de Araraquara e São Vicente, ao invés de trincos e grandes chaves, há uma sala equipada com computadores de última geração, de onde são controladas as portas automáticas. Os Agentes de Segurança Penitenciária não necessitam ter contato com os presos durante a abertura e o fechamento das celas. A automação esta inclusive na rede hidráulica onde há temporizadores nas válvulas dos chuveiros. Há sistema de circuito fechado de TV. Em outubro de 2.008, foram iniciadas as obras do CDP de Franca, orçadas em 25 milhões cuja obra está prevista para ser entregue em março 2010; em novembro as do CDP de Jundiaí, orçadas em 20 milhões, propiciando mais 1.536 (mil



quinhentas e trinta e seis) novas vagas para essas regiões do Estado, obra prevista para entrega em Agosto 2010. Para novas vagas em regime semiaberto, estão em execução as obras do Centro de Progressão Penitenciária de São José do Rio Preto , com previsão de entrega da obra para Abril 2010, para as mulheres as Penitenciárias Femininas de Tupi Paulista e Tremembé, ambas também com obras previstas para entrega em Abril 2010.

O Governo do Estado de São Paulo planejou estrategicamente a criação de mais vagas no sistema prisional e a previsão de vagas orçadas em 2009 são de 12 704 vagas a serem criadas, para tanto, pretende-se realizar:

NOVAS UNIDADES EM 2008 - 2009

Penitenciárias Femininas (768 vagas)	Bom Jesus dos Perdões, Guariba, Mogi Guaçu, São Vicente, Pirajuí, Votorantim, Tremembé, Tupi Paulista, Cerqueira César, Santos, Pontal, Taiuva Jardinópolis, Mogi das Cruzes.
Centro de Detenção Provisória (768 vagas)	
Centro de Progressão Penitenciária (1100 vagas)	

PREVISÃO DE NOVAS OBRAS PARA 2010:

13 Penitenciárias Masculinas (768 vagas)
15 Centros de Detenção Provisória (768 vagas)
3 Centros Progressão Penitenciária (1100 vagas)



CDP PINHEIROS III - PÁTIO DE SOL E VIATURAS



CDP CARAGUATATUBA – PÁTIO DE SOL





CDP CARAGUATATUBA – VISTA AÉREA , MURALHA E TORRE DE VIGILÂNCIA



CDP CARAGUATATUBA – SALA DE CONTROLE – VISTA EXTERNA E INTERNA





2.3.3.1 Demais reformas em Unidades Penais

Além das novas Unidades Penais a serem concluídas, como os CDPs de Franca e Jundiaí, CPP de São José do Rio Preto e Penitenciárias Femininas de Tremembé e Tupi Paulista, o Departamento de Engenharia da SAP executou reformas nas seguintes unidades:

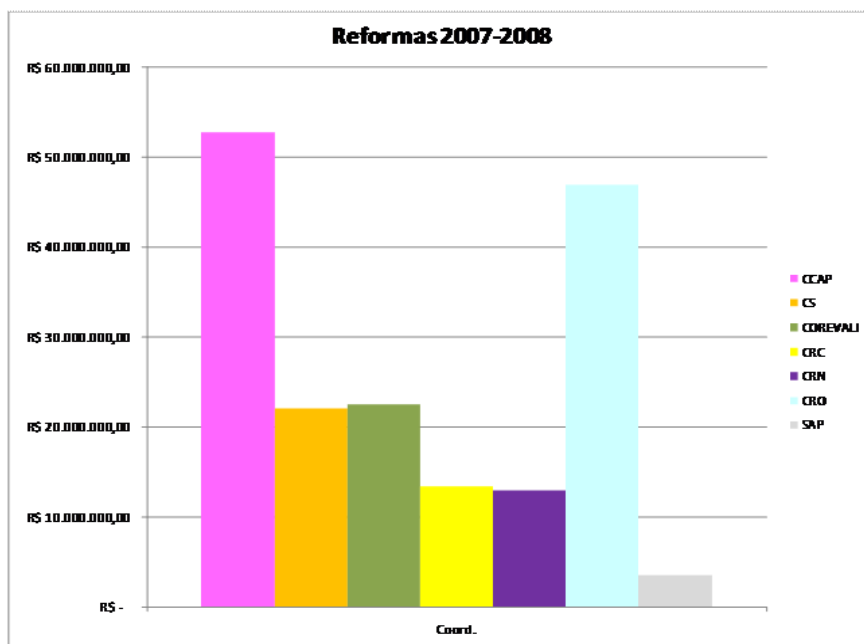
- Penitenciárias I e II de São Vicente;
- Centro de Progressão Penitenciária de Mongaguá;
- Penitenciária II de Mirandópolis;
- Penitenciária de Martinópolis;
- Centro de Detenção Provisória de São José dos Campos;
- Penitenciária de Iperó, na recuperação de sistema de tratamento de esgoto.

Conclusão da reforma emergencial do Centro de Detenção Provisória de Ribeirão Preto, que havia passado por rebelião. Os trabalhos tiveram início no final de maio, no valor de R\$ 1,4 milhão. Foram geradas 138 novas vagas. Em outubro, iniciou a reforma emergencial da Penitenciária de Iaras com previsão de término para maio de 2009.

Dentre as reformas dos Centros de Detenção Provisória se encontram os CDP's III e IV de Pinheiros, anteriormente pertencentes à Secretaria de Segurança Pública. Essas 02 Unidades Penais geraram 1.024 novas vagas.

2.3.3.2. Reformas em 2007

Reformas de 05 Centros de Detenção Provisória; 14 Penitenciárias; 2 Alas de Progressão Penitenciária; 1 Centro de Progressão Penitenciária; 1 Coordenadoria Regional de Unidades Penais. As reformas atingiram cozinhas, áreas de saúde, estruturas e, pisos etc.



2.3.4. Tratamento de esgoto

Na Penitenciária “Valentin Alves da Silva”, na cidade de Álvaro de Carvalho., uma das novidades é o diferenciado sistema de tratamento de esgoto. Com a adoção de um moderno modelo utilizado também em algumas empresas multinacionais, foi implantada uma estrutura que proporciona decomposição efetiva dos detritos, além da eliminação quase que total de odores. Com os processos, a água retorna em condições bastante favoráveis ao esgoto, contribuindo com o meio ambiente. Iniciativa semelhante vem sendo implantada também no Centro de Detenção Provisória de Serra Azul.

Este moderno sistema de execução de obras e serviços de motomecanização para recuperação e adequação do sistema de tratamento de esgoto foi implementado nas unidades:



PROGRAMA 2009 DE REFORMAS, AMPLIAÇÕES E ADEQUAÇÕES EM UNIDADES PRISIONAIS			
ITEM	ESCOPO	UNIDADE	ENTREGA
1	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	PENIT PARAGUAÇU PAULISTA	ENTREGUE EM MARÇO
2	ADEQUAÇÃO LAGOA TRATAMENTO ESGOTO	PENIT TREMEMBE	ENTREGUE EM MARÇO
3	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	PENIT PRES VENCESLAU	ENTREGUE EM ABRIL
4	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	CDP GUARULHOS	ENTREGUE EM JULHO
5	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	PENIT. FRANCO DA ROCHA I	ENTREGUE EM JULHO
6	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	PENIT. FRANCO DA ROCHA II	ENTREGUE EM JULHO
7	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	CDP MOGI DAS CRUZES	ENTREGUE EM JULHO
8	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	CDP FRANCO DA ROCHA	ENTREGUE EM JULHO
9	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	PENIT FRANCO ROCHA III	ENTREGUE EM JULHO
10	AMPLIAÇÃO SISTEMA TRATAMENTO ESGOTO	PENITS GUAREI	ENTREGUE EM SETEMBRO
11	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	PENIT CASA BRANCA	ENTREGUE EM SETEMBRO
12	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	PENIT GUAREI	ENTREGUE EM SETEMBRO
13	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	PENIT ITAPETININGA	ENTREGUE EM OUTUBRO
14	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	CPP TREMEMBE	PREVISAO DEZEMBRO
15	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	PENIT SERRA AZUL	PREVISAO DEZEMBRO
16	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	PENIT CAMPINAS	PREVISAO DEZEMBRO
17	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	PENIT HORTOLANDIA	PREVISAO DEZEMBRO
18	MOTOMECANIZAÇÃO - ESGOTO	PENIT GUARULHOS	PREVISAO DEZEMBRO

2.3.4.1.Reformas e recuperação dos sistemas de tratamento de esgoto.

O sistema de tratamento de esgoto de um Estabelecimento Penal é definido no projeto de execução de obra, considerando-se a capacidade máxima de vagas; a infraestrutura já existente na região (emissários, Estação de Tratamento de Esgoto, rede coletora municipal de esgoto etc); a área disponível do terreno; as exigências ambientais da região e as normas vigentes do órgão responsável pelo esgoto da região.

Para manter os sistemas de tratamento de esgoto das Unidades Penais em funcionamento, são necessárias manutenções preventivas periódicas, manutenções corretivas, reformas de adequação e até mesmo



implantação de outro tipo de sistema de tratamento de esgoto, mais moderno tecnologicamente, mais eficaz, e adaptado à realidade de efluentes gerados pelos presos.

Para isso, a Secretaria da Administração Penitenciária vem desenvolvendo diversos processos de obras, reformas e serviços de manutenção, com o intuito de sanar todos os problemas atuais de tratamento de esgoto em suas Unidades Penais.

Em 2009 continuaram os serviços para recuperação. Para as novas obras, estão previstos nos projetos estações compactas de tratamento por se tratarem de sistema que necessita área bastante inferior, em comparação à das lagoas, além de gerar menos lodo.

No ano de 2007 foram reformados e recuperados sistemas de tratamento de esgoto (lagoas)

No ano de 2008 foram construídas estações compactas e emissários.

No ano de 2009 foram realizadas obras de motomecanização no sistema de captação de esgoto em Flórida Paulista, Penitenciárias I e II de Potim e no CDP II de Guarulhos, visando a recuperação ambiental.

Benefícios alcançados: arquivamento de diversas Ações Cíveis Públicas que requeriam o fechamento das Unidades Penais com falhas no sistema de tratamento de esgoto.



2.3.4.2. Obras de tratamento de esgoto concluídas.

Centros de Detenção Provisória I e II de Osasco

Problemas Existentes:	Solução Executada:
As unidades tinham um sistema de elevatória de esgoto (Estação Elevatória), porém o mesmo não era suficiente para produzir a elevação dos efluentes nela despejados, ocasionando o transbordamento de parte do esgoto que atingia o Córrego Carapicuíba.	Contratação da empresa CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo em 21/06/07, pelo valor de R\$ 403.241,28 (quatrocentos e três mil, duzentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), para a construção de novo reservatório de esgoto e instalação de 2 novas bombas de sucção de 80m³/hora de capacidade individual.
<p style="text-align: right;">Resultado obtido</p> <p>Todo o esgoto produzido pelos CDPs I e II de Osasco está sendo elevado e distribuído na rede de esgoto da SABESP desde 23/07/07 quando se deu a finalização das obras.</p> <p>O sistema de elevação do esgoto até a rede da SABESP se tornou eficaz e não está mais ocorrendo o transbordamento da caixa antiga e, conseqüentemente, não está mais ocorrendo a poluição do Córrego Carapicuíba.</p>	



Vista geral da EEE antes da reforma



Vista da calha de remoção dos detritos antes da reforma



Início da escavação do novo poço de sucção e recalque



Vista das conexões de ferro da rede de recalque





Vista do poço novo em relação ao antigo



Vista do poço novo com escoramentos



Vista da construção da casa de manutenção



Novo poço de sucção já com as janelas para tubulação das bombas de sucção





Tubulação nova para poço de sucção



Local da ligação nova da rede de recalque com antiga



Vista geral da EEE reformada e pronta para funcionamento



Vista geral da EEE reformada e pronta para funcionamento





Penitenciárias de Potim I e II

Problemas Existentes	Solução Executada
As lagoas de tratamento de esgoto não estavam funcionando adequadamente devido a má utilização dos vasos sanitários pelos presos, que os usam para descarte de lixo.	Contratação da empresa CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo em 10/07/06, pelo valor de R\$ 777.918,92 (setecentos e setenta e sete mil, novecentos e dezoito reais e noventa e dois centavos) para execução da recuperação das lagoas de decantação, anaeróbica e aeróbica com serviços de terraplenagem, limpeza das lagoas através da retirada do material saturado, recuperação dos taludes erodidos, nova drenagem.
<p style="text-align: right;">Resultado obtido</p> <p>- As três lagoas do sistema de tratamento de esgoto das unidades estão funcionando perfeitamente, sendo que o sistema foi 100% recuperado com a realização das obras, terminadas em 21/08/2007.</p>	



Lagoa antes das obras



Lagoa sendo recuperada





Recuperação das lagoas



Recuperação das lagoas





Lagoa recuperada em uso



Lagoa recuperada em uso

2.3.1.5. Compras

As licitações para compras realizadas no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária podem ser operadas na Sede da Administração Superior, nas Coordenadorias Regionais e nas Unidades Penais e assim, podem ocorrer ações voltadas ao desenvolvimento sustentável em várias áreas da Pasta.

Como esta Pasta possui a característica de seu público alvo ser composto por indivíduos sob custódia e, como a alimentação é um direito basilar do ser humano, o maior vulto de gastos se dá com a alimentação de presos.

A contratação de empresas para a prestação dos Serviços de Nutrição e Alimentação, nas entidades que abrigam presos, seguem diretrizes e parâmetros estabelecidos em especificações técnicas que orientam a compra de produtos dentro de padrões de peso e qualidade, assegurando uma alimentação balanceada e em condições higiênico-



sanitárias adequadas.

Dentro desta expectativa de ações sustentáveis, a Comissão Interna de Contratações Públicas Sustentáveis constituiu um grupo de trabalho para levar à cabo um projeto para estabelecer procedimentos operacionais padronizados no serviço de alimentação das unidades prisionais, cujo foco é a segurança alimentar e obviamente , a sustentabilidade.

São partes integrantes do processo operacional de produção e distribuição de refeições, estando, portanto diretamente inseridas na proposta desta Pasta.

Outra ação que não pode deixar de ser mencionada é a opção pela compra de produtos reciclados, principalmente em relação ao papel. A matéria prima para fabricação do papel é escassa, mesmo com políticas de reflorestamento. Utilizar o papel reciclado, ou, outro, que em sua produção tenha passado por um processo não poluente, é uma ação ambientalmente correta que pode ser aplicada em todos os segmentos que utilizam papéis, especialmente material de escritório.

2.3.6. Teleaudiências

O sistema de teleaudiências criminais evita que presos sejam deslocados, gerando economia de dinheiro e tempo, além do acréscimo na segurança e prevenção de possíveis resgates ou fugas. Sua instalação prioritária se deu em regiões onde ocorrem os maiores deslocamentos entre as Unidades Penais e os fóruns.

As teleaudiências criminais diminuem o número de presos escoltados e com isso, de quilômetros percorridos. Ação com potencial para geração de grande economia de combustível e poluição.

Nos últimos dois anos, foram realizadas aproximadamente 150 mil escoltas para realização de audiências em fóruns.

Em relação ao investimento no Projeto de **Teleaudiência Estadual**, desde agosto de 2005 até fevereiro de 2010 foram realizadas 4.111 tele audiências criminais realizadas em varas estaduais e federais em um total de 3.980 processos julgados. Essas ações possibilitaram que fosse



economizado dinheiro público, já que não foram feitas longas viagens, nem mobilizada escolta policial, além de proporcionar segurança aos processos, totalmente informatizados.

Até o final de 2010 serão 66 salas, o aumento de mais de 400% no número de salas é resultado de uma parceria entre a Secretaria da Administração Penitenciária, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o Tribunal Regional Federal, existente desde 2005 e que, com a ampliação, deve beneficiar Unidades Penais e fóruns estaduais e federais. Além da ampliação, as salas já existentes receberão novos equipamentos, novas salas, mais tecnologia e segurança atualmente existem 16 salas destinadas às Teleaudiências,

A modernização deverá atingir quesitos como a qualidade da imagem; o direito à defesa do réu, a partir da instalação de videofones nas salas reservadas; maior armazenamento, através de um sistema exclusivo e centralizado, dentre outras melhorias técnicas.

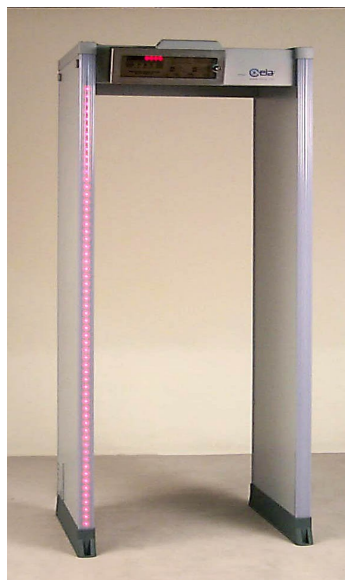
O Centro de Detenção Provisória (CDP) I do Belém foi a primeira Unidade Penal do Estado a ter o sistema em funcionamento e realiza trabalhos tanto para a própria unidade, quanto para o CDP Belém II, estabelecimento vizinho.





2.3.7 Detectores de metais e equipamentos de Raio X

Os Detectores de metal emitem sinais sonoros e identificam com luzes a região do corpo do indivíduo que porta o material metálico.



PÓRTICO DETECTOR DE METAL

Os detectores de metais utilizados nos procedimentos de revista tiveram bons resultados nas apreensões de celulares.



EQUIPAMENTO DE RAIOS-X



EQUIPAMENTO DE RAIOS-X

Investimento totalmente direcionado à aquisição de equipamentos de última geração, com o objetivo de identificar objetos proibidos antes que eles adentrem os presídios, principalmente os telefones celulares.

2.3.8. Convênios

A Secretaria da Administração Penitenciária realiza convênios com o Governo Federal para realização de obras na área de engenharia, aquisições de produtos e também em ações da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, a saber:

Áreas conveniadas

- Montagem e Administração das Centrais de Penas e Medidas Alternativas;
- Guia do Egresso;
- Projeto capacitar para Liberdade;
- Atendimento Casos de Entorpecentes;
- Acervo Literário, referência penas;
- Mulher Presa;
- Formação de Mediadores e Terapeutas Comunitário - Centrais de Penas;
- Capacitação Técnica para Atendimento de Usuários de Drogas;
- Capacitação em Terapia Comunitária;
- Capacitação para Reintegração Social;
- Classificação e Orientação da Pena - Um Modelo de Intervenção;
- Capacitação de Egressos e Inserção em Cooperativa Ambiental.

Além desses, são realizados convênios com organizações não governamentais para administração conjunta de Unidades Penais, em



especial para prestação de serviços de assistência material, saúde; jurídica; educacional; social; religiosa; psicológica e ao trabalho.

É utilizado, na maioria dos casos o modelo “APAC” *Associação de Proteção e Assistência aos Condenados*, na tentativa de redesenhar novas formas de gestão e viabilizar a prestação dos serviços com qualidade e eficiência. A APAC é filiada à PFI – Prison Fellowship International, órgão consultivo da ONU para assuntos penitenciários. Desde então, a sua metodologia é divulgada e aplicada em todo o mundo.

O método APAC se baseia em doze elementos fundamentais e o seu êxito depende da efetividade desse conjunto de elementos, os quais estão elencados a seguir:

- 1 .A participação da comunidade;
- 2.O recuperando ajudando o recuperando;
- 3.Trabalho;
- 4- A religião;
- 5.Assistência jurídica;
- 6.Assistência à saúde;
7. Valorização Humana;
- 8.A Família;
- 9.O Serviço Voluntário;
- 10.CRS – Centro de Reintegração Social;
- 11.Mérito;
- 12.Jornada de Libertação com fé.

**Estabelecimentos Penais que possuem
convênios com o Terceiro setor:**



2008

2009

Nome do Estabelecimento Penal	Coordenadoria Regional	Nome da Entidade	Nome do Estabelecimento Penal	Coordenadoria Regional	Nome da Entidade
CR de Limeira	CR Central	Associação Mogimiriana de Proteção e Assistência Carcerária -AMPAC	CR de Limeira	CR Central	Associação Mogimiriana de Proteção e Assistência Carcerária -AMPAC
CR de Mococa	CR Central	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados -APAC	CR de Atibaia	CR Central	Associação de Proteção e Assistência Carcerária - APAC
CR de Atibaia	CR Central	Associação de Proteção e Assistência Carcerária - APAC	CR Mogi Mirim	CR Central	Associação Mogimiriana de Proteção e Assistência Carcerária - AMPAC
CR Mogi Mirim	CR Central	Associação Mogimiriana de Proteção e Assistência Carcerária - AMPAC	CR de Rio Claro	CR Central	Programa de Assistência e Ressocialização Carcerária - PARC
CR de Rio Claro	CR Central	Programa de Assistência e Ressocialização Carcerária - PARC	CR Feminino de Rio Claro	CR Central	Programa de Assistência e Ressocialização Carcerária - PARC
CR Feminino de Rio Claro	CR Central	Programa de Assistência e Ressocialização Carcerária - PARC	CR Jaú	CR Noroeste	Ressocializar Jaú-RJ
CR de Marília	CR Noroeste	Associação de Proteção e Assistência Carcerária - APAC	CR Ourinhos	CR Noroeste	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC
CR Jaú	CR Noroeste	Ressocializar Jaú-RJ	CR de Araçatuba	CR Oeste	Centro de Recuperação e Inserção Social em Estabelecimento Penal-CRISEP
CR Ourinhos	CR Noroeste	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC	CR de Birigui	CR Oeste	Associação de Proteção e Assistência Carcerária - APAC
CR de Araraquara	CR Noroeste	Associação de Proteção e Assistência Comunitária - APAC	Penitenciária Tupi Paulista	CR Oeste	Sociedade Esperanto de Tupi Paulista - SETP



CR Feminino de Araraquara	CR Noroeste	Associação de Proteção e Assistência Comunitária APAC		
CR de Araçatuba	CR Oeste	Centro de Recuperação e Inserção Social em Estabelecimento Penal-CRISEP		
CR de Birigui	CR Oeste	Associação de Proteção e Assistência Carcerária - APAC		
Penitenciária Tupi Paulista	CR Oeste	Sociedade Esperanto de Tupi Paulista - SETP		

2.3.1.9. Saúde

Em relação ao desenvolvimento de programas voltados à prevenção de doenças e promoção da qualidade de vida do servidor público, foi criado, através do Decreto n ° 46.637, de 27/03/02, o Núcleo de Saúde do Servidor do Sistema Penitenciário.

A função deste Núcleo é principalmente receber as demandas e propor medidas para o desenvolvimento de programas voltados à saúde do servidor , privilegiando a prevenção através da orientação / informação para a vida saudável.

Núcleo de Saúde do Servidor 2009

Rastreamento:

2236 exames realizados em servidores

Campanhas de imunização:

292 servidores imunizados contra gripe (infl uenza)

30 doses de vacina contra febre amarela aplicadas

322 servidores imunizados nas campanhas

Atendimento psicossocial:

659 atendimentos psicológicos

171 atendimentos psiquiátricos



22 consultas cardiológicas (médico do HSPE)

Encaminhamentos

06 servidores encaminhados à rede local de pronto atendimento

Aferição de pressão arterial, serviço oferecido diariamente.

Integram suas atribuições, a responsabilidade pela implantação e acompanhamento das CIPAs em todas as Unidades Penais da Secretaria da Administração Penitenciária; as Campanhas Educativas; a promoção da Comunicação e do Grupo de Acolhimento e a Parceria com o Prevenir/IAMSPE, que tem como propósito levar o Rastreamento (averiguação das condições de saúde dos servidores através de questionários e exames) às Unidades Penais desta Pasta.

Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário

AÇÕES DESENVOLVIDAS

1. PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE – GRUPO DE GESTANTES - PENITENCIÁRIA FEMININA DE SANTANA

Este programa que tem como objetivo ampliar o atendimento e a rede de apoio em saúde (pré- natal) à população gestante da Penitenciária Feminina de Santana foi implantado em 2008 e continua a ser desenvolvido com apoio técnico da Coordenadoria de Saúde e têm como parceiros a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e o programa municipal Mãe Paulistana.

2. PROJETO DE PREVENÇÃO, ASSISTÊNCIA, ESTRATÉGIA DOTS PARA CONTROLE DA TUBERCULOSE E DA CO-INFEÇÃO TB/HIV – PENITENCIÁRIA FEMININA DE SANT'ANA.

Este projeto teve inicio em dezembro de 2008 e terminou em junho de 2009. É fruto de uma parceria articulada pela Coordenadoria de Saúde com as ONGs Grupo de Apoio e Prevenção a Aids (GAPA) – SP e Rede Paulista de Controle Social da Tuberculose, com apoio do Fundo Global (The Global Fund). Composto pelas seguintes ações: 10 oficinas voltadas para reeducandas, 04 oficinas voltadas para funcionários, 03 intervenções



educativas junto a familiares em dia de visita,

3. GRUPO DE TRABALHO - DIRETORIAS DE SAÚDE E HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO.

Das reuniões realizadas junto com o Hospital das Clínicas e a Faculdade de Medicina – área do Programa da Saúde da Família/ Medicina Social, identificou-se a necessidade de se mapear as condições gerais de atendimento, bem como o perfil epidemiológico em cada unidade para que se pudesse delinear uma proposta mais de acordo com as necessidades concretas. A partir dos resultados apurados foi produzido um relatório apresentado pelo HC em novembro de 2009 aos diretores de saúde das unidades. A análise dos resultados identificou que o 1º passo a ser dado seria a organização e padronização dos fluxos de trabalhos nas unidades de saúde com a meta de criar os padrões e protocolos necessários.

4. PROGRAMA DE PREVENÇÃO, CONTROLE E TRATAMENTO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO SISTEMA PRISIONAL

Considerando os altos índices de portadores de hipertensão arterial no sistema prisional (4382 portadores – Rel. Coordenadoria da Saúde SAP) e que esta doença é um problema grave de saúde pública no Brasil e no mundo, responsável pelo aparecimento de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais podendo levar a morte por estas patologias, em 2009 a Diretoria de Ações em Saúde desenvolveu o presente programa com o objetivo de Implantar ações de prevenção, controle e tratamento da hipertensão. Como estratégia para implantação será desenvolvido o projeto piloto na Penitenciária I de Franco da Rocha, que prevê a realização de curso de capacitação junto a reeducandos e a montagem da campanha a ser realizada na unidade.

5. ESTUDO DA VULNERABILIDADE À INFECÇÃO HIV/TUBERCULOSE EM QUATRO PENITENCIÁRIAS FEMININAS DA CIDADE DE SÃO PAULO.

Trata-se o presente de um projeto de pesquisa da Faculdade de Medicina da USP – Dep. Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e



do Trabalho, cujo objetivo é dar continuidade a estudos realizados em 1993/94 na extinta Casa de Detenção, com a finalidade de verificar qual a intensidade na contaminação do HIVG/Tuberculose na população feminina das unidades prisionais da cidade de São Paulo (Santana, Capital, Butantã e CDP Franco da Rocha).

6. GRUPO DE TRABALHO (GT) PARA CRIAÇÃO DO SISTEMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A PESSOA EM MEDIDA DE SEGURANÇA – SAIPEMS

Funciona sob a coordenação da Corregedoria de Presídios da VEC/SP desde dezembro de 2008, e tem por objetivo refletir, discutir e propor a criação de um programa voltado para melhoria da atenção prestada em saúde mental aos pacientes em medida de segurança com transtorno mental internados nos HCTPs do Estado de São Paulo. Devido à complexidade e as diversas instancias de governo que envolve a implantação do programa, o grupo de trabalho continua realizando estudos e envidando esforços na direção do seu aprimoramento.

7. CENSO PSICOSSOCIAL DOS PACIENTES INTERNADOS NOS HOSPITAIS DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO DO ESTADO DE SÃO PAULO SUBMETIDO A MEDIDA DE SEGURANÇA E TRATAMENTO

Para fundamentar a proposta do SAIPEMS, o projeto do Censo está sendo desenvolvido em parceria com o Laboratório de Saúde Mental Coletiva da Faculdade de Saúde Pública da USP. A finalidade é descrever as características demográficas e psicossociais, as transgressões incorridas, a situação de internamento e os aspectos psicopatológicos que envolvem os pacientes submetidos à medida de segurança nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Estado de São Paulo.

8. CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OS TÉCNICOS DOS HCTPS – 3ª TURMA

O Curso de atualização profissional para Agentes Promotores de Saúde é uma ação promovida Coordenadoria de Saúde - SAP e a Escola de Administração Penitenciária e contou com a colaboração do Laboratório



de Saúde Mental Coletiva da Faculdade de Saúde Pública da USP, da Escola do SUS e da Defensoria Pública no desenvolvimento das aulas. No momento já foram concluídas 02 turmas voltadas para os hospitais de Franco da Rocha e com o total de 40 técnicos capacitados.

9. CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA TÉCNICOS DE SAÚDE – ÁLCOOL E DROGAS

A proposta de desenvolvimento do curso voltado para atendimento a dependentes químicos tem por objetivo atender a demanda das unidades e dar continuidade de forma aprofundada aos temas trabalhados na videoconferência em dez/09. Considerando o número de profissionais e as distâncias regionais, para o projeto de capacitação aqui apresentado será desenvolvido na modalidade de ensino a distância

10. CENTRO DE REFERENCIA DE SAÚDE DA MULHER

Implantar o Centro de Referência de Saúde à Mulher em Situação de Prisão na Penitenciária Feminina de Sant'Ana de modo a ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher encarcerada com enfoque nos serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde. A elaboração do projeto contou com assessoria da diretoria e equipe técnica do Centro de Atenção Integração à Saúde da Mulher – CAISM da Unicamp.

11. Aparelhamento e reaparelhamento das Áreas de Saúde das Unidades com recursos oriundos do Plano Nacional de Saúde.

12. Padronização dos insumos ambulatoriais e aquisição dos mesmos para todas as áreas de saúde.

13. Continuidade dos programas de saúde permanentes, já existentes (TB, HIV, DST, Papanicolau, Mamografia)

14. EDUCAÇÃO CONTINUADA EM TUBERCULOSE

Ações referentes ao Programa Nacional de Combate da Tuberculose, em parceria com a Divisão de Tuberculose da Secretaria de Saúde municípios. Foram premiadas, pelo Fórum Estadual de Tuberculose as unidades prisionais de Mirandópolis I, Junqueirópolis, Hortolândia I,



Avanhandava, Lavinia I, Paraguaçu Paulista, Martinópolis, Casa Branca, Flórida Paulista, Valparaíso I, Dracena, Assis, CPP de Franco da Rocha e CPP de Monguaguá.

Com o objetivo de prevenir doenças no Sistema Prisional Paulista, foram atendidos :

Em 2008: 43.975 presos e servidores imunizados contra a gripe, rubéola e sarampo pela campanha de vacinação realizada pela Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário em parceria com os municípios.

Em 2009: presos e servidores imunizados contra a gripe, rubéola e sarampo pela campanha de vacinação realizada pela Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário em parceria com os municípios.

Nas Unidades Penais femininas, 1.878 presas passaram por exames preventivos de câncer no colo do útero.

2.3.10. Penas e Medidas Alternativas

Cabe à Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, entre outras ações, elaborar e propor normas que visem à reintegração social dos sentenciados e dos egressos, além de coordenar as políticas voltadas ao desenvolvimento social e humano dos sentenciados.

Sua estrutura organizacional é composta por:

- I - Assistência Técnica do Coordenador;
- II - Núcleo de Apoio Administrativo;
- III - Departamento de Penas e Medidas Alternativas, com 5 (cinco) Centros



de Penas e Medidas Alternativas;

IV - Departamento de Atenção ao Egresso e Família, com 5 (cinco) Centros de Atenção ao Egresso e Família;

V - Grupo de Ações de Reintegração Social, com:

a) Centro de Referências Técnicas;

b) Centro de Políticas Específicas;

VI - Grupo de Relações Institucionais, com Centro de Controle de Vínculos Institucionais;

VII - Departamento de Administração, com:

a) Centro de Recursos Humanos;

b) Centro de Finanças e Suprimentos;

c) Centro de Infraestrutura.

funcionava como Departamento de Reintegração Social Penitenciário (DRSP).

REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA:

I. Breve histórico da Reintegração Social no Estado de São Paulo

A Lei de Execução Penal prevê alguns mecanismos de efetivação da reintegração social dos presos como progressão de regime, saída temporária, livramento condicional e a assistências ao preso e egresso. Porém, aqueles que trabalham diretamente com esta realidade sabem que existem outras demandas, que vão além das iniciativas propostas na Lei de Execução Penal, de atendimento de necessidades e de promoção dos direitos dos que se encontram privados da liberdade e demais interlocutores deste processo.

A trajetória de intervenções dos psicólogos e assistentes sociais nas Unidades Prisionais tem mostrado a importância em dar sustentabilidade às práticas de assistência junto aos presos, aos seus familiares, bem como em repensar a intervenção junto ao servidor e à própria instituição.



Historicamente este trabalho tem sido executado primordialmente por Assistentes Sociais e Psicólogos, vinculados aos Centros de Reintegração/ Reabilitação. Suas atividades são norteadas pelas atribuições estabelecidas em cada decreto de criação/reorganização da unidade de trabalho, embasados nas interpretações pessoais, nas habilidades e interesses de cada profissional além da diretriz de cada dirigente local.

Em 1963 foi criado o DIPE – Departamento dos Institutos Penais do Estado – decreto 42.446/63, que traz em seu escopo muitas inovações no que tange ao trabalho técnico dentro e fora dos estabelecimentos penais que organizava. Trata-se do primeiro esforço institucional na individualização da pena e também que aparece no corpo da lei os temas de “reeducação e ressocialização de infratores de Lei Penal”.

Dentro da estrutura que foi dada ao DIPE estava, portanto, inserido o Instituto de Biotipologia Criminal, que passa a agregar neste momento a estrutura e o gabinete do diretor, a casa do egresso e o serviço de assistência social.

Em meados de 1979, o Decreto 13.412 de 13 de março de 1979 extingue o DIPE e cria o que veio a ser chamado de CESPE, Coordenadoria dos Estabelecimentos Prisionais do Estado, com o objetivo de realizar o cumprimento das penas privativas de liberdade e medidas de segurança, promover a reabilitação social dos sentenciados, promover a reintegração social dos egressos e prestar assistência às famílias dos sentenciados. O decreto cria a divisão de serviço social penitenciário em função do aumento de ações realizadas anteriormente pelo DIPE.

Com a criação da SAP fica institucionalizado a promoção da reinserção social dos condenados e internados do sistema prisional. Torna-se destaque a partir de então a terminologia Reinserção Social que aparece pela primeira vez na esfera legal prisional referindo-se não só a reinserção dos egressos, mas também dos condenados.

Com a criação da Coordenadoria de Saúde^[5], criou-se o Departamento de Reabilitação Social Penitenciário com a Divisão de Serviço Social. Com isso, deu-lhe entre outras atribuições desenvolver, implantar e coordenar a correta aplicação de políticas de atenção ao



egresso e seus familiares, acompanhar a operacionalização, bem como a execução, em todas as suas faces, das penas e medidas alternativas, em especial a da prestação de serviços à comunidade e estabelecer parcerias com segmentos da sociedade civil, facilitando a reinserção social dos apenados e presos.

Em julho de 2003 o então Departamento de Reabilitação Social Penitenciário sai da esfera de competência da Coordenadoria de Saúde e passa a integrar o gabinete do Secretário. O decreto também altera o nome que passa a ser Departamento de Reintegração Social Penitenciário, responsável por traçar toda a política de reintegração social dentro e fora das unidades prisionais da SAP.

Em 2009, devido ao aumento das ações de reintegração social no Estado de SP o então DRSP amplia suas atribuições e é criada a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania.

II. Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania e os Programas Sociais

O Estado de São Paulo apresenta hoje a maior população carcerária do Brasil, cerca de 148.000 presos. Por ano, aproximadamente cinquenta e cinco mil homens e mulheres tornam-se egressos do sistema penitenciário paulista, tanto em progressão de pena quanto em liberdade definitiva. O desafio do Estado de São Paulo em relação a este cenário de aprisionamento é criar possibilidades de atenção a essa população com vulnerabilidades específicas à condição de preso e egresso, tais como o enfrentamento do preconceito, da marginalização, da criminalidade, da violência, da falta de estrutura social e familiar, entre outros.

A proposta de reintegração social do Estado de São Paulo tem o objetivo ampliar a recuperação dos apenados dentro e fora das unidades penais, reduzir a vulnerabilidade diante do sistema penal, orientar o retorno desses indivíduos presos à convivência em sociedade e proporcionar condições para a integração social do condenado, internado e egresso do sistema penitenciário. Essas ações são efetivadas por meio de intervenções técnicas, de políticas públicas e gerenciais levadas a efeito



durante e após o cumprimento de penas ou medidas de segurança.

Neste contexto, a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania foi criada na Secretaria de Administração Penitenciária para estruturar, organizar e intensificar as ações do então Departamento de Reintegração Social Penitenciário. A preocupação do Estado com o tema *reintegração social* é cada vez maior, pois o sucesso destas ações auxilia diretamente na diminuição do índice de reincidência criminal e, consequentemente, no índice de violência.

Este diploma legal instituiu também o Grupo de Ações de Reintegração Social, que tem as seguintes atribuições:

- Elaborar

- Acompanhar e avaliar a implantação dos programas, projetos e atividades de reintegração social nas unidades prisionais, além de oferecer suporte técnico a essas unidades e as unidades da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania ;

- Articular as ações desenvolvidas pelas unidades do Sistema Penitenciário e as Células de Referências Técnicas, promovendo o intercâmbio de informações e experiências;

- Buscar parcerias com entidades públicas, empresas privadas e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos para promover ações que estimulem a mudança de comportamento visando minimizar a discriminação dos autores de práticas delituosas e seus familiares;

- Propor, em conjunto com a Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário, ações em saúde de acordo com as atividades a serem desenvolvidas nos estabelecimentos penais;

I. GARS

O Grupo de Ações de Reintegração Social (GARS) é responsável por elaborar, acompanhar e avaliar a implementação dos programas e projetos de reintegração social nas unidades da Coordenadoria e unidades prisionais, dando suporte técnico, além de zelar pelo constante aprimoramento dos sistemas de acompanhamento e controle das atividades desenvolvidas na área.



O GARS avalia os resultados das ações de reintegração (estabelecendo indicadores para esse fim) e também o trabalho desenvolvido pelas equipes de reintegração dos estabelecimentos penais, compatibilizando-as com as propostas técnicas e opinando sobre a adequação desses servidores no exercício da função.

Assim disponibiliza estratégias de intervenção, metodologias de trabalho, além de fomentar ações que capacitem os servidores em instrumentos de gestão e elaboração de projetos.

O Grupo possui em sua estrutura o *Centro de Referências Técnicas* que articula essas ações nas unidades através das Células de Referências Técnicas e o Centro de Políticas Específicas que desenvolve e coordena políticas e ações para grupos específicos de idade, gênero, étnico e necessidades especiais em todos os setores da Secretaria da Administração Penitenciária.

a. CENTRO DE POLÍTICAS ESPECÍFICAS

O Centro de Políticas Específicas (CPE) desenvolve e coordena políticas e ações para grupos específicos de idade, gênero, étnico e necessidades especiais em todos os setores e unidades da Secretaria da Administração Penitenciária.

Para tanto, o CPE identifica e publica dados referentes ao perfil destes grupos específicos, suas demandas e necessidades, propondo programas e projetos que atendam as necessidades dessas pessoas.

b. CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA

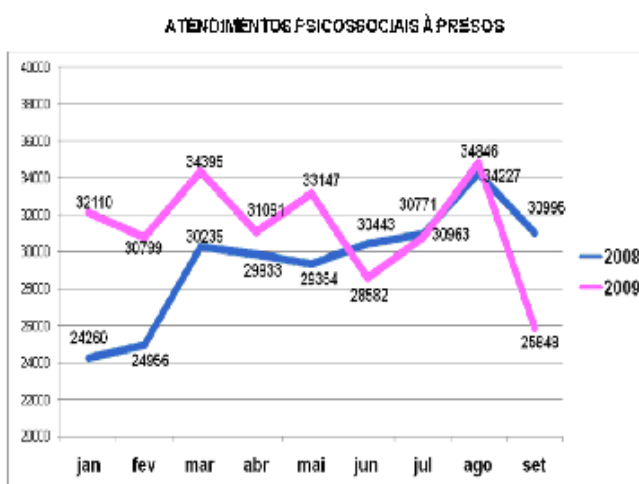
O Centro de Referência Técnica trabalha junto as Equipes de Reintegração Social das Unidades Prisionais por meio de seis Células de Referência Técnica, nas regiões da capital e grande São Paulo, central, vale do Paraíba e litoral, noroeste e oeste.

As CRTs analisam o desempenho das ações de reintegração social dentro dos estabelecimentos penais mediante informações obtidas pelo Relatório de Acompanhamento Mensal (RAM) e outros instrumentos. Com base nos dados obtidos implementam e supervisionam a execução de projetos específicos da Coordenadoria junto às unidades prisionais.



Através da troca de experiências e reuniões técnicas periódicas, as células buscam sistematizar e difundir as experiências positivas de reintegração social realizadas nas unidades prisionais.

Também compete as CRTs realizar ações que promovam o desenvolvimento técnico-profissional, identificando as demandas formativas e remanejamento dos servidores, assim como a integração das equipes técnicas.



II. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO AO EGRESSO E FAMÍLIA

Diante de números cada vez maiores de aprisionamentos e dessa nova perspectiva de reintegração social, o Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado, desenvolveu em 2003 o Programa Estadual de Atenção ao Egresso e Família.

Com base na nova configuração da Coordenadoria, o Programa é operacionalizado pelo Departamento de Atenção ao Egresso e Família, que é responsável por planejar, controlar e avaliar a implementação de programas, projetos e atividades de reinserção social de egresso com vista ao resgate da individualidade, ao fortalecimento das relações familiares, ao acesso à condição de cidadania, ao atendimento básico de subsistência.

O referido Programa de Atenção ao Egresso e Família é uma política pública que tem por finalidade dar assistência direta ao egresso e à



família com vistas à autonomia desses indivíduos para que possam retomar o convívio social de maneira ampla e plena. As principais ações do Programa de Atenção ao Egresso e Família versam sobre o estreitamento dos vínculos familiares, a construção e ampliação da rede de apoio, parcerias com órgão governamentais e não-governamentais e projetos que priorizam a capacitação profissional e a geração de renda.

As ações e projetos de reintegração social dos egressos previstas no Programa são desenvolvidos por meio de Centrais de Atendimento ao Egresso e Familiares espalhadas por dezessete cidades do estado de São Paulo.

A finalidade do Programa de Atenção ao Egresso e Família é dar assistência direta aos egressos do sistema prisional e seus familiares e contribuir para o enfrentamento dos aspectos geradores e reprodutores de desigualdades sociais, bem como potencializar as ações já existentes e colaborar com a implantação de novas estratégias de desenvolvimento social e políticas públicas voltadas para as especificidades do público-alvo.

O Programa se divide em duas linhas de ação: preparação dos indivíduos que estão presos para a retomarem a liberdade e a atenção plena dos egressos e familiares no momento da pós-soltura.

Os objetivos do Programa de Atenção ao Egresso e Família específicos são:

- Descentralizar e regionalizar a assistência a população egressa, pré-egressa e família;
- Articular as ações de preparação para a liberdade (esta etapa é realizada no interior das unidades prisionais);
- Desenvolver estratégias de fortalecimento da participação familiar no processo de reintegração do egresso;
- Criar condições para o envolvimento da sociedade na reintegração do reeducando e caracterizar a assistência como pró-ativa.

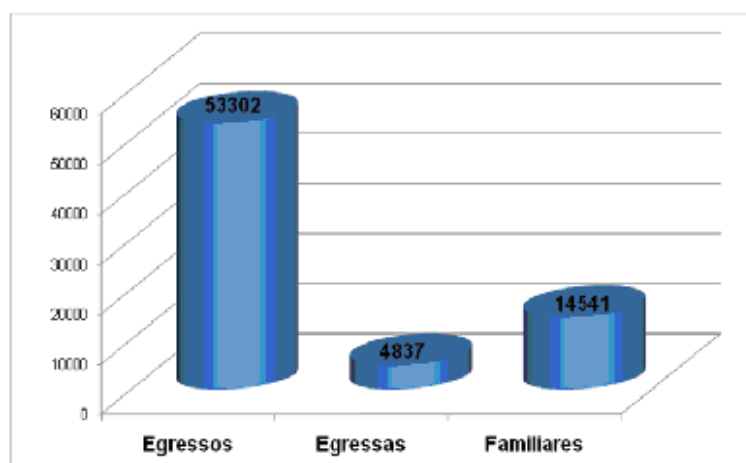
O trabalho com o egresso prisional é desenvolvido pelo Departamento de Atenção ao Egresso e Família por meio das 17 Centrais de Atendimento ao Egresso e Família (CAEF) atualmente em funcionamento nas cidades de São Paulo, Araraquara, Assis, Avaré, Bauru, Birigui, Campinas, Hortolândia, Limeira, Marília, Presidente Prudente, Rio



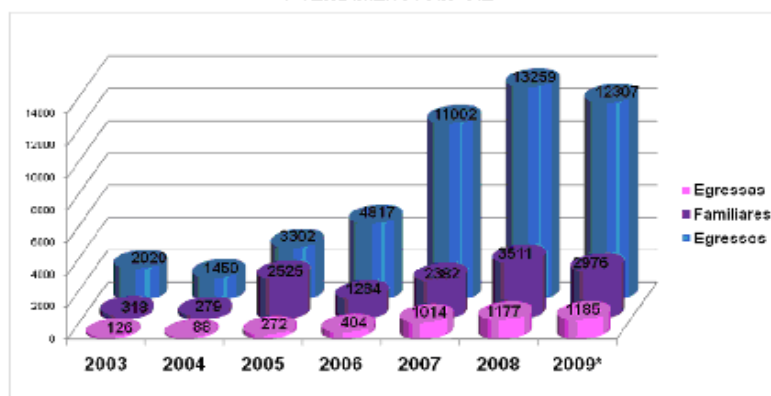
Claro, Santos, São José dos Campos, Sorocaba, Taubaté e Tupã.

Cada Central de Atendimento ao Egresso e Família possui um responsável técnico, assistente social ou psicólogo que conduz os trabalhos junto a estagiários, com o compromisso ético-político de articular a rede social de apoio, serviços e políticas; buscando o fortalecimento da cidadania, da autonomia e da identidade dos usuários.

ATENDIMENTOS DESDE O INÍCIO DO PROGRAMA (2003)



ATENDIMENTO ANUAL



III. DEPARTAMENTO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

O Programa de Prestação de Serviço à Comunidade no Estado de São Paulo tornou-se possível através da iniciativa entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário mediante a Portaria nº 08/97 que viabilizou a criação e



atuação da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) no Programa.

As penas restritivas de direito, conhecidas como penas e medidas alternativas são destinadas a infratores de baixo potencial ofensivo com base no grau de culpabilidade, nos antecedentes, na conduta social e na personalidade, visando, sem rejeitar o caráter ilícito do fato, substituir ou restringir a aplicação da pena de prisão.

Trata-se de uma medida punitiva de caráter educativo e socialmente útil imposta ao autor da infração penal que não afasta o indivíduo da sociedade, não o exclui do convívio social e familiar e não o expõe às agruras do sistema penitenciário.

A SAP, por meio do Departamento de Penas e Medidas Alternativas da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, promove a expansão quantitativa e qualitativa da aplicação das penas de prestação de serviços à comunidade oferecendo ao Poder Judiciário programas de acompanhamento, fiscalização do cumprimento das medidas impostas, implementação de atividades operacionais visando reduzir o índice de reincidência criminal e fomentar a participação da sociedade neste processo.

No programa de PSC, o apenado é encaminhado pelo Poder Judiciário a uma Central de Penas e Medidas Alternativas (CPMA), onde passa por avaliação psicossocial e de levantamento de demandas, além da avaliação de suas potencialidades (profissão, graduação, conhecimentos e habilidades), bem como suas limitações/restrições. Posteriormente, é encaminhado a uma instituição (governamental ou não) sem fins lucrativos para preencher postos de trabalho de acordo com o perfil levantado na entrevista.

a. PROCEDIMENTOS DAS CENTRAIS DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

- Entrevista inicial, encaminhamento e acompanhamento;
- Controle de frequência e visitas aos postos de trabalho;
- Captação de vagas e levantamento de demandas;

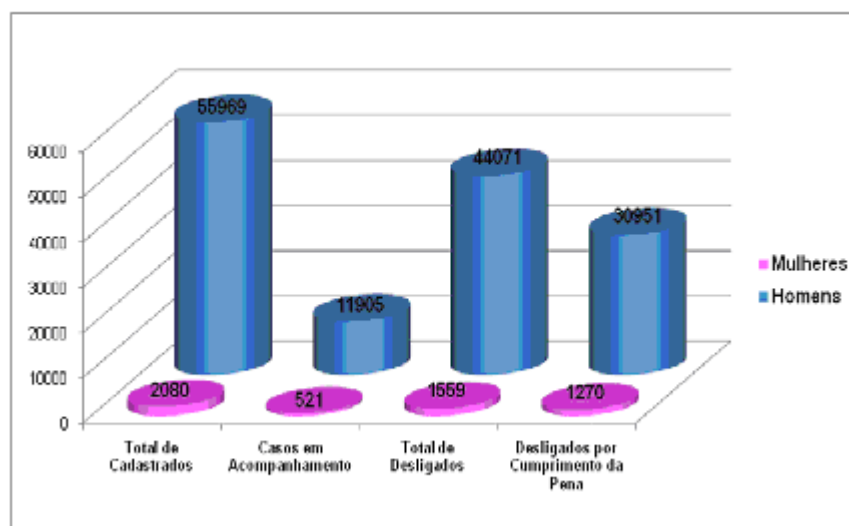


- Reuniões periódicas com representantes dos postos de trabalho;
- Informações aos órgãos encaminhadores (juízes);
- Encaminhamentos para atendimentos específicos;
- Discussão na comunidade.

A atuação das CPMAs é recebida pela sociedade de forma positiva nos municípios, havendo o reconhecimento concreto de reparação pelo ato cometido, criando uma via de mão dupla onde infrator e sociedade são beneficiados: resgata o indivíduo para o seio da coletividade, onerando significativamente menos o erário em relação às penas privativas de liberdade.

Atualmente a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, através do Departamento de Penas e Medidas Alternativas conta com 32 Centrais de Penas e Medidas Alternativas em 31 Municípios do Estado de São Paulo: Américo Brasiliense, Araçatuba, Araraquara, Assis, Avaré, Bauru, Birigui, Botucatu, Bragança Paulista, Campinas, Chavantes, Guarujá, Ipaussu, Itapetininga, Limeira, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Pires, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Paulo, São Paulo - Mulher, São José dos Campos, São Vicente, Sorocaba, Taubaté, Tupã e Votorantim.

DADOS DESDE O INÍCIO DO PROGRAMA (1997)





Em 2009 , as Centrais de Atendimento a Egressos e Familiares (CAEF's) atenderam 18.546 ex-presos (16.818 homens e 1728 mulheres) e 4.329 familiares.

2.4 Principais Resultados Obtidos

Com o número adequado de servidores foi possível diminuir os índices de abandonos, fugas e rebeliões:

- **2007** - *Reconstrução das Unidades Penais* destruídas na megarebelião de 2006. Além disso, foi alcançado o grande objetivo da Pasta: **ZERO rebeliões**, bem como a **redução do índice de fugas**, para apenas cento e cinquenta e duas.
- **2008** – *Diminuição do número de fugas* para setenta e quatro, o que equivale à redução de 51,3% e, apenas 3 rebeliões.
- **2009** -Diminuição do número de fugas para quarenta e quatro, reduzindo em 40,5% e, apenas 2 rebeliões.
- Em relação às saídas temporárias, o número de presos que não voltam está diminuindo gradativamente. Durante os dias que antecedem essas saídas, muitas Unidades Penais promovem trabalhos de conscientização aos reeducandos beneficiados. Para exemplificar, cita-se o Dia das Mães. Confira os comparativos:

DIA DAS MÃES
2009 – (4,79%)
2008 - (4,4%)
2007 - (4,7%)
2006 - (7,6%)



- O resultado dos investimentos em equipamentos de Raio X e Portais de alta sensibilidade, possibilitam a **apreensão de aparelhos celulares**, nos procedimentos de revista junto a portaria do Estabelecimento Penal, ou seja, a ação é neutralizada antes mesmo do aparelho entrar no Presídio.

Resultados

Foram apreendidos 6.021 celulares;

A SAP apreende, em média, 753 celulares/mês;

8 celulares por unidade/mês aproximadamente.

- Graças ao investimento em obras e reformas foi possível aumentar o **número de vagas** oferecidas aos sentenciados:

Alguns exemplos:

Unidade	Vagas Criadas
Anexo CDP São Vicente	496
CDP Caraguatatuba	768
CDP Serra Azul	768
CDP Pinheiros III	512
CDP Pinheiros IV	512
Penitenciária Ribeirão Preto (pós reforma)	+138

- Em relação às compras, a adoção do papel reciclado que preserva árvores, água e energia. Em razão desses fatores, o Núcleo de Material e Patrimônio da Sede da Secretaria passou a adquirir 25% de papel reciclado de toda a demanda necessária para execução dos serviços da Pasta.
- Quanto às Penas Alternativas, a Prestação de Serviços proporciona uma alternativa na aplicação da pena muito vantajosa ao governo:



NÚMEROS E RESULTADOS

Nos últimos dois anos, o então DRSP atendeu a 35 mil usuários.	Em 2007 o DRSP criou o Manual do Egresso “Dicas – O Guia que Você Precisa para Ficar Livre de vez”.
As Centrais de Atendimento ao Egresso foram responsáveis por 18 mil atendimentos, além de 5 mil familiares que também foram beneficiados.	Em 2008 foram inauguradas mais quatro Centrais de Atendimento ao Egresso e à Família: Rio Claro, Avaré, Bauru e Santos. Em 2009 ao todo são 17 CAEFS no Estado.

NÚMEROS E RESULTADOS 2008

11,8 mil pessoas são acompanhadas pelas CPMAs	Um sentenciado que presta serviços comunitários custa apenas R\$13,80 por mês, ao Estado.
Mais de 44 mil deixaram de ocupar vagas em presídios pertencentes a SAP	Em 2008, dez mil pessoas foram cadastradas no Programa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

NÚMEROS E RESULTADOS 2009

12,6 mil pessoas são acompanhadas pelas CPMAs	Um sentenciado que presta serviços comunitários custa apenas R\$8,90 por mês, ao Estado.
Mais de 57.2 mil deixaram de ocupar vagas em presídios pertencentes a SAP	Em 2009, mais de dez mil e setecentas pessoas foram cadastradas no Programa de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).



GRI 2.9

2.4.1 Expectativas e expansões para 2010

Em 2010 será dada a continuidade ao Programa de Construção de Unidades Penais do Governo do Estado de São Paulo. Serão construídas Penitenciárias masculinas de regime fechado, que abrigarão presos condenados; Penitenciárias femininas de regime fechado, com Alas de Progressão Penitenciária, para abrigar mulheres condenadas nos dois regimes; Centros de Detenção Provisória, para detentos que aguardam julgamento e seis Centros de Progressão Penitenciária para cumprimento de pena em regime semiaberto. Somam-se a essas, as Penitenciárias Femininas de Tupi Paulista e Tremembé, além dos CDPs de Jundiaí e Franca e o CPP de São José do Rio Preto que serão concluídas em 2010.

Em 2009 foram licitadas as obras para construção dos CDPs de Pontal, Taiúva, Cerqueira César, num total de 2.304 vagas e a Penitenciária de Cerqueira César com 768 vagas.

A implantação dos Estabelecimentos Penais deverá observar, em especial, a questão do tratamento de esgoto e do licenciamento ambiental realizado pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, além do Departamento de Impacto Ambiental – DAIA, e o Departamento de Proteção Recursos Naturais - DPRN, em conjunto com a equipe técnica da Companhia Paulista de Obras e Serviços CPOS, Secretaria de Planejamento e Procuradoria Geral do Estado.

A construção destas novas unidades foram permeadas de uma estratégia de regionalização, é um aspecto importante e trará grande benefício à sociedade, com o aumento do número das Unidades Penais e a sua distribuição por várias áreas no Estado, pretende-se aproximar o preso de sua família, tornando o cumprimento da pena mais humana.

Os presídios do Estado receberam aumento nas equipes de saúde, com novos médicos nas especialidades de psiquiatria e clínica geral, além de cirurgiões dentistas, psicólogos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem.



A construção de novas Unidades Penais proporcionará um aumento considerável no número de vagas, além disso, possibilitará o esvaziamento dos Distritos Policiais e das Cadeias Públicas.

Outra novidade são as Penitenciárias femininas. Pelo novo projeto, elas serão construídas com padrões que atendem especificamente às necessidades das mulheres, uma vez que atualmente, todas as Unidades Penais do Estado que abrigam mulheres são prédios masculinos adaptados. Na nova estrutura haverá, berçário; creche; local adequado para visitas íntimas e área de visitação longe dos pavilhões habitacionais, tudo para dar condições de atendimento digno às presas.



Com esse projeto, a Secretaria cumpre com seu papel social, pois, ao cuidar da segurança, o Estado e a comunidade terão tranquilidade para administrar escolas, hospitais e gerar mais desenvolvimento econômico.

2.4.2 Outras ações em 2010

- Criação de novas salas para audiências criminais à distância. Até 2010 serão 66 salas no Estado de São Paulo.

2.4.3 Outras ações realizadas em 2009

- Aprimoramento do sistema de separação de resíduos, garantindo a facilidade de reciclagem;
- Adoção de campanhas de conscientização interna e racionamento do uso de materiais, impressão de documentos etc;



- Envolvimento do maior número de técnicos no curso de Licitações Sustentáveis;
- Reunião com as Comissões de Racionamento de Energia e Água para adoção de novas medidas;
- Compra de equipamentos e ferramentas de baixo consumo de energia, com especificações mais eficientes, as quais deverão ser requisitadas;
- Preferência por materiais de construção de baixo impacto ambiental, não só para produção, mas também ao longo da sua vida útil. A compra desses materiais deverá atender a legislação pertinente e possibilitar economia ao Estado. Deverá também ser objeto do material licitatório a recomendação de aquisição de materiais vindos de processos que utilizem materiais reciclados e/ou que gerem resíduos não agressivos ao ambiente e que possam ser reciclados posteriormente;
- Especificação de coberturas que possuam isolamentos adequados, duráveis e resistentes à água, preferencialmente colocadas sobre uma camada impermeabilizada logo acima da laje;
- Preferência por especificações de equipamentos que funcionem à base de energia renovável;
- Preferência por especificações de louças sanitárias que funcionem com pouca água e instalação de sistemas de regulação do fluxo de água nas torneiras, em locais onde ainda não existe;
- Possibilidade de uso de mini estações de tratamento de água ou cisternas de armazenamento de águas pluviais, para posterior utilização em descarga não potáveis como jardim, bacias sanitárias ou lavagem de automóveis. Além de diminuir o consumo de água da rede pública, a retenção de águas pluviais dentro do lote, diminui o volume de água jogada nas vias públicas;
- Com a publicação da Lei nº 12.906, de 14/04/08, foram estabelecidas normas para o monitoramento eletrônico de presos em São Paulo. Em 2009 ocorrerá licitação para compra desses equipamentos.
- Entre novembro de 2008 e maio de 2009, os reeducandos do



Instituto Penal Agrícola “Dr. Javert de Andrade (IPA) plantaram cerca de 12 mil árvores de mais de 67 espécies nativas.

- Durante a reforma da Penitenciária Feminina de Sant'ana, para abrigar reeducandos femininos, uma das ações foi a introdução do uso da água quente para os respectivos banhos. A estrutura física do prédio tinha então na época um sistema de alimentação para água quente constituído por sistema de caldeiras à base de óleo diesel, de octanagem pesada. A queima deste combustível trazia poluição do ar grave pois durante o processo eram eliminados fumaça, fuligem, gases tóxicos, metais pesados, prejudicando o meio ambiente e a saúde dos reeducandos e servidores. Em parceria com a COMGÁS, e sem ônus para a Secretaria, foi desenvolvido um projeto em parceria com a CCAP, em 2005, que contemplou a mudança das caldeiras que ora trabalhavam com óleo diesel, para instalação de novas caldeiras movidas a gás, fornecido por esta empresa. Com esta nova instalação evitamos a poluição, utilizamos energia limpa, cuidado com a saúde da população desta unidade.

FOTOS DA CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE GÁS







GRI 2.10 Premiações – Reconhecimento Público

Prêmio	Descrição do projeto	Órgão que conferiu a premiação
30/11/07		
SAP é premiada pelo Ministério da Justiça. Prêmio é reconhecimento do Depen ao sucesso das penas alternativas no Estado de São Paulo	Pelo êxito no desenvolvimento e aplicação de penas alternativas. Desde a implantação do Programa de Prestação de Serviço à Comunidade, mais de 33 mil pessoas deixaram de ocupar vagas em prisões e beneficiaram a sociedade com algum tipo de trabalho.	Ministério da Justiça



Premiações – Reconhecimento Público

Prêmio	Descrição do projeto	Órgão que conferiu a premiação
26/12/07 Prêmio Mário Covas Vencedores da Categoria Atendimento ao Cidadão - Menção Honrosa	A Arte do Servir. Programa de Ações Formativas e Construtivas para os Servidores das Unidades Penais da Região Oeste. O programa consiste em uma parceria firmada com a (Unoeste), que fornece espaço físico e corpo docente para que sejam aplicadas metas pré-determinadas no projeto. “Os seminários são de total interesse dos servidores, pois tratam de assuntos relacionados ao seu dia-a-dia profissional”.	Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo e Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP).
10/11/2008 Homenagem com menção honrosa, entre os 10 melhores trabalhos sobre o “Dia Mundial da Ciência”	Concurso que teve como tema "Diversidade e Desenvolvimento Sustentável", em referência ao Ano Internacional do Planeta Terra. A redação denominada “Ecossistema Saudável” elaborada por egressos do Sistema de Execução Penal, ficou entre as dez primeiras.	Egressos do IPA são homenageados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (UNESCO).



Premiações – Reconhecimento Público

Prêmio	As Unidades premiadas foram	Detalhe
<p>22/09/2009</p> <p>Premiação pelo Fórum Estadual de Tuberculose – Divisão de Tuberculose do Grupo de Vigilância Epidemiológica da Secretária da Saúde.</p> <p>Pela qualidade nas ações de controle da tuberculose</p>	<p>Mirandópolis, Junqueirópolis, Hortolândia I, Avanhandava, Lavínia I, Paraguaçu Paulista, Martinópolis, Casa Branca, Flórida Paulista, Valparaíso I, Dracena, Assis, CPP Franco da Rocha, CPP Mongaguá,</p>	<p>As Unidades Penais Hortolândia I, Sera Azul II, Getulina e os CDPs: Osasco, Guarulhos e a CSSP foram convidados a expor seus trabalhos em forma de posters que permaneceram expostos durante o evento.</p>



3. PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO

GRI 3

O “Relatório de Sustentabilidade” tem como objetivo apresentar ações relativas a Contratações Públicas e Sustentabilidade desenvolvidas pela Secretaria da Administração Penitenciária.

Para sua elaboração, de acordo com orientação da Secretaria de Gestão Pública, seguimos o padrão do Global Reporting Initiative (GRI).



Seu escopo é descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais desta Pasta. Seu limiar expressivo é demonstrado nos indicadores de compras de alimentos e serviços terceirizados em refeição preparada.

Conclusão semelhante ao estudo da Secretaria de Gestão Pública, que em estudos do Cadastro de Serviços Terceirizados (CADTERC), publicou em seu Volume 5, diretrizes e parâmetros para orientar a contratação dos Serviços de Nutrição e Alimentação na Administração Penitenciária.

O presente trabalho dispõe de informações importantes que servem como um instrumento para avaliação do desempenho da desta Pasta por seus todos os segmentos que influenciam ou são influenciadas pelas suas ações.





A partir da identificação dos “*stakeholders*”, está sendo preparado um plano de comunicação com o “**Guia para treinamento e padronização do serviço de nutrição e alimentação do Sistema Prisional do Estado de São Paulo**”, visando garantir o fluxo da informação correta para cada grupo participante, neste caso principalmente os envolvidos no processo de aquisição e produção de alimentação.

Inicia-se o relatório com a apresentação da Secretaria da Administração Penitenciária para, em seguida, apresentar algumas realizações dos anos de 2007, 2008 e 2009 relacionado-as com os resultados obtidos. A partir disso, as expectativas para o ano de 2010.

Agora se passa à apresentação da estrutura de governança com os trabalhos da Comissão de Compras Públicas Sustentáveis; os indicadores de desempenho com a representação numérica das compras e contratações e, finalmente, encerramos com os indicadores ambientais.





4. GOVERNANÇA

4.1 Comissão de Compras Públicas Sustentáveis

GRI 4

Com a edição do Decreto nº 53.336, de 20/8/08, que institui o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis foi criada a Comissão Interna de Contratações Públicas Sustentáveis da Secretaria da Administração Penitenciária, por meio da Resolução SAP - 248, de 18/9/08, alterada pela Resolução SAP - 275, de 17/10/08.

A partir disso, a Comissão Interna inicia seus trabalhos com o levantamento do histórico das ações de desenvolvimento sustentável já realizadas na Secretaria e estuda os procedimentos de aquisição de bens, serviços e obras, objetivando o atendimento de ao menos um dos critérios sócio ambientais integrantes do artigo terceiro do mencionado decreto, que são:

- I - Fomento às políticas sociais;
- II - Valorização da transparência da gestão;
- III - Economia no consumo de água e energia;
- IV - Minimização na geração de resíduos;
- V - Racionalização do uso e matérias-primas;
- VI - Redução da emissão de poluentes;
- VII - Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- VIII - Utilização de produtos de baixa toxicidade.

4.2 Desenvolvimento Sustentável/Política Ambiental.

O Grupo de Desenvolvimento Sustentável do Governo do Estado



desenvolve estratégias para adoção de novos padrões de consumo, definindo a abordagem para compor o programa de compras sustentáveis nas Secretarias e Autarquias estaduais.

Consumir um produto produz grande impacto ao meio ambiente, assim é necessário realizar a análise dos efeitos da compra a longo prazo, pois é na análise do ciclo de vida que um produto demonstra ser mais caro ou não. Mesmo que um produto tenha o menor preço é imprescindível levar em conta os custos ambientais de sua produção.

O Estado, como um grande comprador, possui capacidade de mudar paradigmas. Decorre daí a importância de adotar critérios sócio ambientais nas licitações no sentido de aumentar a demanda por produtos e serviços mais sustentáveis.

A Secretaria da Administração Penitenciária, dando continuidade às ações voltada à preservação do meio ambiente, está se preparando para redução do seu impacto ambiental, através de ações ligadas ao conceito de desenvolvimento sustentável e da contínua melhoria do desempenho das suas operações. Desenvolvimento sustentável se fundamenta no imperativo de se garantir a disponibilidade dos recursos da Terra para os descendentes. Como as principais causas da degradação ambiental do planeta estão os padrões insustentáveis de produção e consumo. O conceito de compra sustentável é a solução para integrar considerações ambientais e sociais em todos os estágios do procedimento da compra de um produto que ofereça o maior número de benefícios para o ambiente e a sociedade.

4.3 Práticas Sustentáveis Desenvolvidas

Ações para desenvolvimento sustentável da Administração Penitenciária são elaboradas em duas matrizes determinantes:

- 1 - Compras e Licitações - Ações que atuam diretamente na relação com outras instituições;
- 2 – Iniciativas de Desenvolvimento Sustentável - Ações desenvolvidas



diretamente, no dia a dia das Unidades ligadas à Secretaria.

Existem outros grupos de trabalho ou comissões que atuam dentro desta Secretaria para desenvolvimento de ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Como exemplo o grupo de trabalho para “Melhoria da Qualidade da Gestão Pública do Estado de São Paulo”. Esse grupo de trabalho possui ações para melhoria de gestão abordando a necessidade de melhoria nos indicadores como gastos em transporte, água esgoto e materiais de consumo.

Dentro desta expectativa de ações sustentáveis, a Comissão Interna de Contratações Públicas Sustentáveis constituiu um outro grupo de trabalho – Grupo da Padronização da Nutrição e Alimentação - para levar à cabo um projeto para estabelecer procedimentos operacionais padronizados no serviço de alimentação das unidades prisionais.

O projeto iniciou-se através de um levantamento do histórico das ações de desenvolvimento sustentável realizadas na Secretaria e estuda os procedimentos de aquisição de bens, serviços e obras, objetivando o atendimento de ao menos alguns dos critérios sócio-ambientais integrantes do artigo terceiro do Decreto nº 53.336, de 20/08/02 o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis,

Os seguintes itens deste artigo que está sendo contemplado:

- III. Economia no consumo de água e energia;**
- IV Minimização na geração de resíduos;**
- V. Racionalização do uso e matérias-primas;**

são partes integrantes do processo operacional de produção e distribuição de refeições, estando, portanto diretamente inseridas na proposta desta Pasta.

O termo sustentabilidade aplicado à ciência da nutrição, abrange aspectos ambientais, econômicos e sociais, relevantes desde a produção do alimento, passando pelo transporte, acondicionamento, preparação e lixo. As ações de sustentabilidade em serviços de alimentação coletiva são de importância destacável quando estimulamos:

- uso de alimentos da região no cardápio,



- desenvolvimento de programas contra o desperdício de alimentos;
- uso racional da água e energia;
- reciclagem e coleta seletiva do lixo;
- controle integrado de pragas;
- sensibilização da equipe;
- produção de material informativo.

A normatização destas ações está diretamente relacionada com a elaboração de um Manual de Boas Práticas, que este grupo tem como um dos objetivos, visando o direcionamento das ações interprofissionais, considerando desde a estrutura física necessária até a capacitação da mão de obra utilizada.

Graças à ação de grupos como os supracitados, são estipuladas metas e meios para atingi-las, além disso, mensalmente são analisados os resultados alcançados e são elaborados relatórios. Desta maneira, são estabelecidas as estratégias de supervisão da organização, orientando os tomadores de decisão em relação a compras e projetos de desenvolvimento sustentável.

Tal mecanismo confirma a preocupação com a responsabilidade social desta Pasta, ao perceber que sua atuação interfere diretamente no dia a dia da sociedade do Estado de São Paulo.



5. INDICADORES DE DESEMPENHO

1.1 Volume de licitações e contratações realizadas no Departamento Engenharia

Ano/Modalidade	2007		2008		2009	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Dispensa/Bec	-	-	-	-	-	-
Convite Eletrônico/Bec	-	-	-	-	-	-
Convite	7	R\$ 578.263,79	-	-	1	R\$80.015,00
Tomada de Preços	13	R\$ 5.367.010,33	6	R\$ 2.547.099,77	5	R\$1.797.088,44
Concorrência	4	R\$ 16.439.395,26	7	R\$ 65.887.949,57	6	R\$ 176.385.448,59
Pregão Presencial	14	R\$ 39.162.771,00	-	-	-	-
Pregão Eletrônico	-	-	-	-	-	-
Contratações Diretas por Dispensa/Inexigibilidade	43	R\$ 25.993.329,65	21	R\$ 37.399.630,93	20	R\$ 19.076.184,44
Total Geral	81	87.540.770,03	34	99.144.680,27	32	197338736,47

Tabela 1 Obs. 30% em serviços e 70% obras

GRI 5
EN1, EN2

Tabela 2

	2007	2008	2009
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Aquisições	39.162.771,00	-	-
Serviços Gerais	-	-	-
Serviços de Engenharia	18.352.280,92	35.061.302,10	10.062.44,96
Obras	36.178.482,20	70.773.378,17	187276294,51
Total	93.693.534,12	105834680,27	197338736,47



2. 1 Volume de licitações e contratações realizadas no Núcleo de Material e Patrimônio

Ano/modalidade	2007	2007	2008	2008	2009	2009
Qtde/valor	qtde	valor	qtde	valor	qtde	valor
Dispensa/BEC	03	R\$ 1.360,59	03	R\$ 7.242,50	1	R\$ 1.187,00
Convite/Eletrônico/BEC	19	R\$ 174.230,36	02	R\$ 111.906,60	44	R\$ 181.782,53
Convite	-	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	-	-
Tomada Preços	-	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	-	-
Concorrência	-	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	-	-
Pregão Presencial	-	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	-	-
Pregão Eletrônico	33	R\$ 20.652.867,84	32	R\$ 2.561.373,55	14	R\$ 12.805.077,30
Contratações diretas por dispensa	37	R\$ 286.970,43	34	R\$ 63.392,46	35	R\$ 145.455,08
Contratações diretas por inexigibilidade	12	R\$ 606.657,84	11	R\$ 588.583,83	14	R\$ 373.553,54

Tabela 2

	2.007	2.008	2009
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Aquisições	1.114.465,78	1.254.608,82	
Serviços Gerais	9.788.021,86	12.113.172,33	
Serviços de Engenharia			
Obras			



5.2 Bens/materiais mais representativos adquiridos

Ano 2007

Selo	Siafisico	Nome Item Material	Qte	Unid.	Valor Total
N	2368536	Equipamento de inspeção por radiação composto de detector mts.org.inor	111,00	UN	23.088.000,00
N	38636	Frango semiprocessado, sem tempero, congelado, coxa e sobre-coxa.	5.515.323,88	KG	14.389.525,46
N	38253	Carne bovina, paleta, em peca inteira.	2.931.589,25	KG	13.467.193,12
N	1227076	Leite pasteurizado tipo c, teor 3%.	9.554.904,50	L	11.505.690,22
N	2451190	Veiculo especial - caminhão, baú, transporte 16 preso, diesel, 120cv, 5m	90,00	UN	8.865.000,00
N	39896	Arroz agulhinha tipo 1, longo e fino, c/5kgs	6.691.184,00	KG	8.792.071,80
N	2325128	Detector de metais, modelo portal, para revista pessoal. tecl. digital	155,00	UN	6.541.890,00
N	1798758	Carne bovina paleta, aparada (s/musculo) entre 30 a 43kg, nta 3, dec. 12.486	1.279.641,40	KG	6.312.741,93
N	1693638	Equipamento de inspeção por radiação, composto de detector de matéria.	67,00	UN	5.360.000,00
N	120456	Feijão carioca, tipo 1 novo.	3.195.546,00	KG	4.853.475,82
N	40010	Carne bovina salgada, injetada com salmoura.	650.209,62	KG	3.848.595,15
N	2482339	Ambulância, furgão teto alto, branco, diesel, 125 cv, 5 marchas.	47,00	UN	3.713.000,00
N	2481871	Veiculo especial - caminhão, baú, transporte 20 presos, diesel, 140 cv, 5 m.	22,00	UN	3.476.000,00
N	1545817	Gás de cozinha (será inativado, utilizar mat. "combustível" na 9160)	1.430.574,20	KG	3.259.886,09
N	1920782	Laminado espuma, (1,88x0,78x0,10)m, dens. 23, cinza, peso 3.37kg	77.656,00	UN	2.846.339,12
N	1324098	Óleo comestível soja, lata c/18 litros.	914.136,00	L	2.818.494,98
N	1227432	Pão francês, pesando 50 gramas por unidade.	733.558,70	KG	2.786.516,91
N	38857	Pescado, merluza em file.	375.466,50	KG	2.629.844,86
N	38091	Lingüiça frescal, tipo toscana	704.791,50	KG	2.621.220,46
N	108251	Ovo de galinha, branco, grande	1.557.446,82	DZ	2.390.223,12



Ano 2008

	Siafísico	Nome Item Material	Qte	Un.	Valor Total
N	1227076	Leite pasteurizado tipo c, teor 3%, saco poliet.	9.951.027,00	L	12.858.194,85
N	38253	Carne bovina, paleta, em peça inteira	2.145.755,66	KG	12.802.897,52
N	38636	Frango semi-processado, sem tempero, congelado, coxa e sobre-coxa	5.124.762,00	KG	12.701.809,30
N	1798758	Carne bovina paleta, aparada (s/músculo) entre 30 a 43kg, nta 3, dec. 12.486	1.817.785,00	KG	11.476.522,63
N	39896	Arroz agulhinha tipo 1, longo e fino, c/5kgs	2.524.393,00	KG	10.494.125,14
N	120456	Feijão carioca, tipo 1 novo.	3.276.049,00	KG	9.375.710,40
N	1468197	Combustível gás liquefeito de petróleo (glp), comercial a granel	2.532.161,36	KG	6.423.547,18
N	40010	Carne bovina salgada, injetada com salmoura.	639.758,00	KG	3.943.476,06
N	1324098	Óleo comestível soja, lata c/18 litros	220.404,00	L	3.748.051,60
N	1227432	Pão francês, pesando 50 gramas por unidade.	726.860,80	KG	3.450.227,72
N	2344394	Carne bovina, peça aparada (sem músculo) pesando entre 30 a 43 kg	426.386,00	KG	2.767.480,05
N	108251	Ovo de galinha, branco, grande.	1.700.595,00	DZ	2.761.145,68
N	1920782	Laminado espuma, (1,88x0,78x0,10)m, dens. 23, cinza, peso 3.37kg	65.326,00	UN	2.574.383,44
N	2599007	Veículo especial - caminhão baú, para 24 presos, diesel, 140 cv,	20,00	UN	2.460.000,00
N	38857	Pescado, merluza em file	336.872,00	KG	2.063.388,86
N	1458248	kgs	98.406,54	KG	2.009.740,82
N	1324845	Farinha de trigo especial	1.612.430,00	KG	1.919.172,11
N	38091	Linguiça frescal, tipo toscana	638.661,00	KG	1.876.239,36
N	1450328	Farinha de trigo, pré mistura p/pão francês, saco c/25 quilos	268.741,00	KG	1.810.540,45
N	1258559	Queijo, tipo mussarela.	209.673,00	KG	1.738.414,19



	Siafísico	Nome Item Material	Qte	Unid	Valor Total
N	1227076	Leite pasteurizado tipo c,teor 3% - saco.	10.190.297,000	L	R\$ 12.775.252,26
N	38253	Carne bovina,paleta,em peça inteira.	2.012.504,508	KG	R\$ 10.459.003,76
N	38636	Frango semi-processado,sem tempero,congelado,coxa e sobre-coxa.	4.523.534,000	KG	R\$ 10.446.799,86
N	1798758	Carne bovina paleta,aparada(sem músculo) entre 30 a 43kg.	1.698.420,970	KG	R\$ 9.210.840,13
N	39896	Arroz agulhinha tipo 1, longo e fino,c/5kgs.	1.552.519,000	KG	R\$ 8.956.123,81
N	1468197	Combustível gás liquefeito de petróleo (glp), comercial a granel.	3.152.548,503	KG	R\$ 6.765.999,75
N	1920782	Laminado espuma,(1,88x0,78x0,10)m,dens.23,cinza,peso 3.37kg.	156.106,000	UM	R\$ 5.760.085,38
N	120456	Feijão carioca,tipo 1.	3.167.674,000	KG	R\$ 4.855.450,05
N	40010	Carne bovina salgada,injetada com salmoura.	575.821,000	KG	3.447.991,91
N	2344394	Carne bovina,peça aparada (sem músculo) pesando entre 30 a 43 kg	642.645,870	KG	R\$ 3.432.389,94
N	108251	Ovo de galinha,branco, grande.	1.708.322,000	DZ	R\$ 2.571.774,34
N	1227432	Pão francês, pesando 50 gramas por unidade.	625.240,250	KG	R\$ 2.469.632,97
N	1324098	Óleo comestível soja,lata c/18 litros.	59.765,000	L	R\$ 0,00
N	35459	Açúcar,tipo refinado	1.965.115,000	KG	R\$ 0,00
N	2681129	Combustível óleo diesel uso automotivo regiões não metropolitanas.	1.032.924,550	L	R\$ 1.883.932,42
N	38857	Pescado,merluza em file.	279.956,500	KG	R\$ 1.844.266,79
N	3018547	Laminado de espuma,med.(1,88x0,78x0,08)m,densidade 20.	34.328,000	UM	R\$ 1.835.740,00
N	1546490	Frango semi-processado,s/tempero,resfriado,coxa e sobre-coxa.	722.618,000	KG	R\$ 1.806.788,46
N	1258559	Queijo, tipo mussarela.	215.532,000	KG	R\$ 1.703.430,49
N	1450328	Farinha de trigo,pré mistura para pão francês,saco com 25 quilos	76.122,000	KG	R\$ 1.697.940,01



5.3 Serviços gerais mais representativos adquiridos no ano

Ano 2007

Cód. Siafisico	Nome Item Serviço	Qte	Unid.	Valor Total
44830	Almoço para presos - preparada e transportada da contratada	9.091.333,00	REF	25.930.713,71
44857	Jantar para presos - preparada e transportada da contratada	8.591.115,00	REF	24.526.447,90
44881	Almoço p/ sentenciado - preparado e transportado da contratada	6.717.305,00	REF	20.637.550,12
44903	Jantar p/ sentenciado - preparado e transportado da contratada	6.555.253,00	REF	20.122.083,30
44822	Desjejuns/ presos - preparado e transportado da contratada	9.104.740,00	REF	6.637.494,29
65390	Alocada de reeducandos - contratada	5.220.992,00	UN	5.858.162,74
44865	Desjejum p/ sentenciado - preparado e transportado da contratada	6.761.494,00	REF	5.554.385,96
26069	Prestado pela PRODESP	15,00	MES	3.127.041,47
4006	Acidentes pessoal-coletivo ou individual	420.489,00	PESSOA	2.681.995,94
10952	Cursos/concurso	70.427,00	MES	2.669.228,30
65714	prestado por estagiário - nível superior	25.081.726,00	ARV	1.942.314,07
107395	cenotécnico (som, iluminação, cenica, urdimento e linoleo)	49,00	MES	1.622.385,00
44881	Almoço p/ sentenciado - preparado e transportado da contratada	439.212,00	UN	1.271.565,84
44903	Jantar p/ sentenciado - preparado e transportado da contratada	421.112,00	UN	1.217.588,82
370	Vale refeição	393.212,00	UN	878.893,29
107956	Caminhão pipa	21.877,00	UN	827.184,00
100331	Almoço/jantar	341.240,00	REF	805.687,21
5886	Manutenção predial	36.809,00	POSTO	784.097,51
9822	Vans	50,00	H	778.702,78
65714	Prestado por estagiário - nível superior	1.868,00	H	776.509,60



Ano 2008

Siafísico	Nome Item Serviço	Qte	Unid.	Valor Total
44830	Almoço para presos - preparada e transportada da contratada	9.640.741,00	REF	27.916.438,40
44857	Jantar para presos - preparada e transportada da contratada	9.129.811,00	REF	26.282.459,54
44881	Almoço p/ sentenciado - preparado e transportado da contratada	7.702.119,00	REF	23.445.408,33
44903	Jantar p/ sentenciado - preparado e transportado da contratada	7.561.935,00	REF	23.012.662,16
44822	Desjejuns/ presos - preparado e transportado da contratada	9.644.045,00	REF	7.102.160,23
65390	Alocada de reeducandos - contratada	6.775.688,00	UN	7.041.175,71
44865	Desjejum p/ sentenciado - preparado e transportado da contratada	7.900.422,00	REF	6.338.423,39
44881	Almoço p/ sentenciado - preparado e transportado da contratada	1.764.236,00	UN	5.253.054,50
44903	Jantar p/ sentenciado - preparado e transportado da contratada	1.686.330,00	UN	5.015.716,18
32379	Fornecimento alimentação preparada e transportada, penitenciária.	673.483,00	REF	3.674.977,04
107395	cenotécnico (som, iluminação, cênica, urdimento e linóleo)	22,00	MES	3.100.325,40
4006	Acidentes pessoal-coletivo ou individual	424.587,00	PESS OA	2.864.467,07
107956	Caminhão pipa	45.087,00	UN	2.221.695,98
26069	Prestado pela PRODESP	13,00	MES	2.066.267,62
65714	Prestado por estagiário - nível superior	15.360.001,00	ARV	1.973.518,22
113557	Auxiliar de serviços gerais	1.966.561,00	UN	1.966.560,81
10952	Cursos / concurso	38.895,00	MES	1.633.600,08
44830	Almoço para presos - preparada e transportada da contratada	602.960,00	UN	1.521.507,63
44857	Jantar para presos - preparada e transportada da contratada	570.172,00	UN	1.393.094,74
65714	Prestado por estagiário - nível superior	2.433,00	H	1.372.147,00



Ano 2009

Siafísico	Nome Item Serviço	Qte	Unid.	Valor Total
44830	Almoço para presos - preparada e transportada da contratada	9.313.781,00	REF	30.480.699,47
44857	Jantar para presos - preparada e transportada da contratada	8.622.268,00	REF	28.607.275,76
44881	Almoço p/ sentenciado - preparado e transportado da contratada	8.072.789,00	REF	25.114.541,33
44903	Jantar p/ sentenciado - preparado e transportado da contratada	7.834.556,00	REF	24.175.793,53
32697	Equipamento reprográfico	89.810,00	UN	10.782.541,88
44822	Desjejum p/ presos - preparado e transportado da contratada	9.400.600,00	REF	7.970.274,63
32379	Fornecimento alimentação preparada e transportada, penitenciária	1.228.356,00	REF	7.153.118,59
65390	Alocada de reeducandos - contratada	6.903.667,00	UN	7.014.668,87
44865	Desjejum p/ presos - preparado e transportado da contratada	8.227.510,00		6.777.493,57
44830	Almoço para presos - preparada e transportada da contratada	2.162.164,00		4.813.831,43
26069	Prestado pela PRODESP	23,00		4.683.325,62
78492	Preso,diária - c/fornecimento lanche, acima 3000 comensais	931.591,00		4345510,06
44857	Jantar para presos - preparada e transportada da contratada	1.819.718,00		4.089.523,39
44881	Almoço para presos - preparado e transportado da contratada	1.152.620,00		3.780.333,10
44903	Jantar para presos - preparado e transportado da contratada	1.101.287,00		3.611.743,20
4006	Acidentes pessoais-coletivo ou individual	452.766,00		3.160.242,76
10952	cursos/concurso	30.293,00		2.938.464,65
26069	prestado pela PRODESP	256.852.017,00		2.568.520,17
65714	Prestado por estagiário - nível superior	30.075.906,00		2.000.124,35
113557	Auxiliar de Serviços Gerais	1.863.638,00		1.863.638,02



5.4 .Outros bens materiais ou serviços gerais que a Secretaria adquiriu/contratou que não receberam o selo de Responsabilidade Socioambiental - Sede da Secretaria

Código	2008 - Descrição	Código	2009 - Descrição
239745-5	Papel reciclado de papelaria	290170-6	TORNEIRA AUTOMATICA com fechamento hidromecânico acionamento
0002424-4	Locação de veículos de serviço	11588-6	Serviço de Locação de veículo terrestre, veículo automotor
0009-4	Serviço de limpeza, asseio, conservação predial e de áreas verdes		
0234858-6	Papel higiênico p/dispenser de 1ª qualidade,		
0291660-6	Papel toalha de papel-simples-interfolhada institucional		
147346-8	Sabonete líquido,		
171759-6	Condicionador de ar, tipo split		
258046-2	Cola em bastão atóxica frasco com 20 gramas		
262908-9	Cola líquida, branca, escolar branca, bico econômico, atóxica, normal, frasco c/40 gramas.		
169870-2	Lápis preto nº 02		



5.5 Geração de postos de trabalho

Número de Empregos Gerados nas contratações de:	2008	Qnt.	Número de Empregos Gerados nas contratações de:	2009	Qnt.
Serviços	Preparo E Distribuição De Refeições(Almoço) "Self-Service" Por Quilo	04	Serviços	Preparo E Distribuição De Refeições(Almoço) "Self-Service" Por Quilo	4
	Serviços De Vigilância/Segurança Patrimonial	12		Serviços De Vigilância/Segurança Patrimonial	12
	Locação De Veículos De Serviço	1		Locação De Veículos De Serviço	1
	Serviço De Limpeza, Asseio, Conservação Predial E De Areas Verdes	15		Serviço De Limpeza, Asseio, Conservação Predial E De Areas Verdes	15
	Serviços De Consultoria Desenvolvimento De Sistemas, Processamento De Dados	1		Serviços De Consultoria Desenvolvimento De Sistemas, Processamento De Dados	1
	Locação de Equipamentos De Vídeo Conferência Para Unidades Penais E Fóruns	1		Locação de Equipamentos De Vídeo Conferência Para Unidades Penais E Fóruns	1
	Seguro De Vida E Acidentes Pessoais, Dos Servidores Da Secretaria Da Administração Penitenciária.	1		Seguro De Vida E Acidentes Pessoais, Dos Servidores Da Secretaria Da Administração Penitenciária.	1

Obras e Serviços de Engenharia

Número de Empregos Gerados nas Contratações de:	2007	2008
Obras e Serviços de Engenharia	1432	660



5.6 Relacionamento com órgãos de Controle Interno/Externo.

	2.007	2.008	2009
	Qtde. de ocorrências	Qtde. de ocorrências	Qtde. de ocorrências
Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário (CASP)	08	10	09
Tribunal de Contas do Estado - TCE	25	25	31
Ministério Público - MP	-	-	-
Outros	-	-	-

5.7 Relacionamento com Mercado

	2.007	2.008	2009
Número de Fornecedores que participam das Licitações (Mercado Interessado)	89	54	39
Segmento de Mercado mais Expressivo	CONSTRUÇÃO CIVIL	CONSTRUÇÃO CIVIL	-
Nº Médio de Participantes nos Pregões	139	155	12
Numero de Sanções impeditivas de Contratar Aplicadas	-	-	-
Número de Micro e Pequenas Empresas entre os Fornecedores	33	52	37



5.8 Projetos ou ações para ampliar fornecedores e estimular a concorrência

Metas 2010

- Conduzir as atividades com ética e transparência visando credibilidade junto aos funcionários, clientes, fornecedores, poder público, comunidades onde atua e sociedade em geral;
- Organizar uma estrutura sistemática, engajando diversas áreas da SAP, que deverão trabalhar em sincronia;
- Garantir a formalização e divulgação da legislação a qual os fornecedores estão submetidos;
- Implantar o Código de Ética;
- Implantar o Código de Conduta;
- Definir estratégias considerando a contribuição no desenvolvimento sustentável;
- Estabelecer canais de diálogo para a manutenção de tais definições e programas implantados;
- Conhecer os problemas enfrentados pelas partes interessadas, através de mapeamento periódico, estabelecendo mecanismos de diálogo e envolvimento das partes interessadas para remediar impactos socioambientais ocasionados pelas atividades;
- Capacitar continuamente as equipes técnicas operacionais.



5.9 Perfil dos colaboradores da área de compras - Sede da Secretaria

	2.007	2.008	2009
Número de empregados/servidores	7	8	5
Número de estagiários	-	-	-
Faixa etária média	47	42	42
Número de empregados/servidores portadores de necessidades especiais	-	-	-
Tempo médio de permanência da equipe (anos)	3	4	5

5.10 Formação da equipe da área de compras e contratações - Sede da Secretaria

	2.007	2.008	2009
Doutorado	-	-	-
Mestrado	-	-	-
Pós graduação latu sensu	-	-	-
Superior	4	5	3
2º grau completo	3	3	2
Outros	-	-	-

OBS: Nível de escolaridade exigido para nomeação do cargo

5.11 Desenvolvimento e Capacitação específica área de compras.

Quanto a capacitação específica na área de compras esclareço que os cursos são realizados pela FUNDAP e divulgados pela Secretaria, sendo



que em levantamento verificamos que houveram os seguintes cursos:

- Curso de formação de preços.
- Curso de formação de pregoeiro em pregão presencial e eletrônico.

Curso	2007 Funcionários (nº)	2.008 Funcionários (nº)	2009 Funcionários (nº)
Curso presencial/instituição pública	5	5	54
Curso presencial/instituição privada	-	-	-
Ensino à distância Instituição pública	-	-	3

O número de funcionários apresentado no quadro 2009, referente a curso presencial, refere-se a servidores de Unidades Prisionais.

5.12 Atendimento da publicidade nos meios institucionais

1. Os editais são disponibilizados na íntegra no:
2. a) e-negociospublicos sim (x) não () parcialmente ()
b) site do órgão/entidade sim (x) não () parcialmente ()



6. DESEMPENHO ECONÔMICO

6.1 Transparência na área de Licitações e Contratos

A publicidade e comunicação da Secretaria da Administração Penitenciária ocorrem principalmente através do Diário Oficial, além do Site de Governo e de jornais de grande circulação.

Em 28/11/2008 ocorreu a primeira audiência pública sobre reintegração social penitenciária. O debate propôs mudanças de paradigma, especificamente na atuação dos profissionais que atuam nas Centrais de Atendimento ao Egresso e Familiares (CAEFs) preparando o retorno do reeducando ao convívio social.

As demandas externas recebidas por meio da Ouvidoria, mais frequentemente, foram relacionadas aos procedimentos prisionais. Citações sobre a insatisfação do tratamento dispensado por funcionários das Unidades Penais, incluindo aos familiares (revista corporal/detector de metais/recusa ou imprecisão de informações). Na sequência os pedidos de transferência por risco de morte; necessidade de vagas para progressão do regime fechado para o semiaberto; necessidade de tratamento médico especial; problemas ocorridos com entrega de Sedex ou de Jumbo; ausência de escolta militar para a realização de consultas, exames e cirurgias; problemas com a entrega de medicação para os portadores de doenças crônicas; falta de médicos e dentistas; superlotação; precariedade da estrutura física; ações irregulares do GIR, que quebram e rasgam pertences; falta de colchão; de comida e de kit higiene.

Em relação aos editais desta Pasta, eles são disponibilizados na íntegra no e-negócios públicos e disponibilizados parcialmente no site do Governo.



6.2 Procedimentos relacionados com a conduta interna

Departamento de Engenharia

Em 2007, foi desenvolvido pela Presidente da Comissão de Licitação, para obras e reformas de engenharia, um “Check List” envolvendo todas as ações necessárias a uma contratação, desde a autuação do processo até a assinatura do contrato. Conforme segue abaixo:

1 Autuação do Processo

2 Motivação

3 Justificativa:

- Projeto Básico: Planilha Orçamentária
- Planilha de Preenchimento
- Memorial Descritivo
- Critérios de Medição
- Cronograma Físico e Financeiro
- Relatório Fotográfico
- Projetos

1 Manifestação Prévia (quando valor exigir)

2 Elaboração do Edital

3 Informação à Chefia de Gabinete – CG, para juntada da reserva orçamentária e análise do edital e contrato pela Consultoria Jurídica - C.J.

4 Reserva Orçamentária juntada pelo Departamento de Administração

5 Providências referentes à Manifestação Prévia (quando o valor exigir)

6 Encaminhamento à Consultoria Jurídica

7 Análise da Consultoria Jurídica

8 Adequações do edital e do contrato conforme determinação da



Consultoria Jurídica.

9 Informação à CG solicitando aprovação do Projeto Básico e autorização para abertura da licitação

10 Aprovação do Projeto Básico e autorização para realização do certame licitatório pela CG

11 Edital autorizado, assinado pelo Chefe de Gabinete

12 Publicação da abertura da licitação no Diário Oficial do Estado - D.O.E.

13 Publicação em jornal de grande circulação.

14 Recibo de entrega do referido edital às empresas interessadas

15 Publicação de eventuais esclarecimentos no D.O.E.

16 Na sessão de abertura do envelope 01, juntada das consultas no site sanções das licitantes

17 Juntada dos documentos do envelope 01

18 Ata de abertura do envelope 01

19 Ata de julgamento do envelope 01

20 Publicação da habilitação no D.O.E. e prazo para interposição de recursos

21 Juntada dos recursos administrativos (caso exista)

22 Publicação de recursos e abertura de prazos para impugnação dos mesmos

23 Julgamento dos recursos interpostos e encaminhamento à autoridade superior

24 Informação da CG provendo ou não os recursos

25 Publicação do despacho da CG. à respeito dos referidos recursos e agendamento da sessão de abertura do envelope 02

26 Na sessão de abertura do envelope 02, juntada das consultas no site sanções das licitantes habilitadas

27 Juntada dos documentos do envelope.02



- 28 Ata de abertura do envelope 02
- 29 Ata de julgamento do envelope 02
- 30 Publicação da habilitação no D.O.E. e prazo para interposição de recursos
- 31 Juntada dos recursos administrativos (caso exista)
- 32 Publicação de recursos e abertura de prazos para impugnação dos mesmos
- 33 Julgamento dos recursos interpostos e encaminhamento à autoridade superior
- 34 Informação da CG provendo ou não os recursos
- 35 Publicação do despacho da CG.
- 36 Informação propondo homologação e adjudicação à licitante vencedora
- 37 Informação da CG, homologando e adjudicando o objeto
- 38 Publicação do despacho no D.O.E. e convocação da empresa adjudicatária para assinatura do contrato
- 39 Envio de todo processo à CG para assinatura do contrato

Foi elaborado um roteiro de orientação para o Pregão Presencial:

ROTEIRO PARA EXECUÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

Abertura da Sessão	→	PREGOEIRO OU PREGOEIRA
Orientação de Operação do Pregão	→	PREGOEIRO OU PREGOEIRA
Credenciamento	→	PREGOEIRO OU PREGOEIRA
Recebimento da Declaração e Envelopes	→	PREGOEIRO OU PREGOEIRA
Abertura dos Envelopes Proposta	→	PREGOEIRO OU PREGOEIRA



ABERTURA DA SESSÃO

Meu nome é xxxxxxxxxxxxxxxx, sou o Pregoeiro designado para o Pregão Presencial número xx/xxxx e declaro aberta a sessão do presente, referente ao objeto *aquisição dos equipamentos de cozinha e padaria para as penitenciárias xxxxxxxxxxxxxxxx – processo nºxxx/xxxx*, conforme estabelecido no edital.

ORIENTAÇÕES DE OPERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

Senhores presentes.

Apresentarei um resumo sobre a modalidade Pregão Presencial:

Pregão Presencial é a modalidade de licitação, do tipo menor preço, destinada à aquisição de bens e de serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado para a contratação, em que a disputa é feita por meio de propostas e lances sucessivos, em sessão pública com as seguintes inovações:

Maior competitividade proporcionada pela etapa de lances.	Critério de seleção das propostas, para participação da etapa de lances.
Menor preço e demais até 10% superiores.	Mínimo três preços, ou três melhores preços.
Possibilidade de negociação do preço na cessão, com o detentor da melhor oferta.	Etapa de habilitação ao final, com análise da documentação da licitante que apresentou a melhor oferta.
Interposição de recurso oral motivado ao final da sessão.	Maior rigor nas punições, com impedimento de licitar com administração pública por até 05 anos.

CREDENCIAMENTO

Está aberta a etapa de credenciamento, solicito aos interessados em participar do certame que apresentem um documento oficial de identificação que contenha foto e demais documentos estabelecidos, no edital para verificação dos poderes para formulação de propostas e pratica



dos demais atos inerentes ao certame.

Obrigado (a)!

Procuração

Ato constitutivo (dando poderes de participação)

Documentação com foto.

RECEBIMENTOS

Declaração de habilitação, e envelopes proposta e envelopes documentação de habilitação.

Senhores licitantes,

Favor entregar a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e respectivos envelopes de proposta de preço e de documentação referente à habilitação.

ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA

Existe ainda interessados que não apresentaram as suas credenciais?

Como ninguém se manifestou, dou início à abertura dos envelopes proposta e declaro encerrada a etapa de credenciamento.

6.3 Boas práticas de governança e redução de custos

Nos procedimentos de concorrência das grandes obras ou de produtos com especificações técnicas muito detalhadas, foi adotada a inversão das fases licitatórias. No procedimento atual, o primeiro passo é a



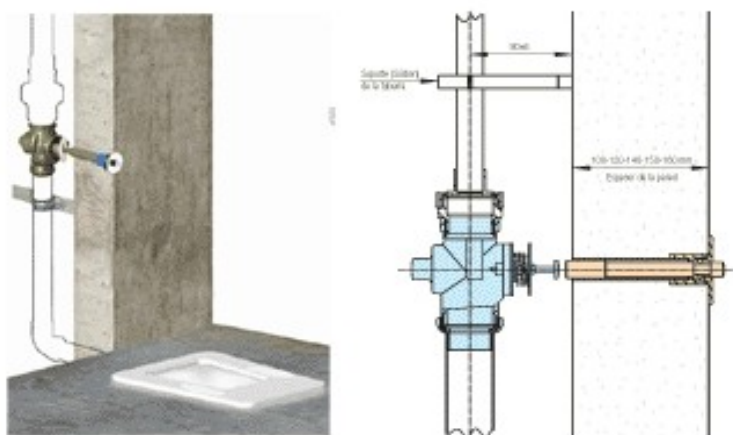
abertura da proposta, promovendo-se à desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis; o julgamento e classificação das propostas, de acordo com os critérios de avaliação do ato convocatório; a devolução dos envelopes fechados aos concorrentes desclassificados, com a respectiva documentação de habilitação e a abertura dos envelopes e apreciação da documentação relativa à habilitação dos concorrentes cujas propostas tenham sido classificadas até os 3 (três) primeiros lugares. Procedimentos de acordo com a Lei Estadual nº 13.121, de 7/07/08.

REVISÃO DE PROJETOS

Os projetos das Unidades Penais sofreram revisões com a finalidade de aperfeiçoar a manutenção, minimizar os riscos com a falta de segurança nas celas. Estas revisões resultaram na concepção de um corredor de manutenção que traz o mínimo de interferência à rotina dos sentenciados.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Considerando mais uma vez a segurança nas celas, o Departamento de Engenharia da SAP, juntamente com a área de projetos da Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS desenvolveu a instalação de válvulas de descarga onde os presos só têm acesso ao pino de acionamento, evitando assim a possibilidade de golpes e/ou rompimento na tubulação, posto que resistentes ao vandalismo.





AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

2007- Foram adquiridos 111 equipamentos de Raio-X – 1,00 x 1,00 para inspeção de cargas; 67 equipamentos de Raio-X – 5030 si para inspeção dos pertences dos sentenciados e dos funcionários e, 152 pórticos detectores de metal, de alta sensibilidade, para revista pessoal.

Em janeiro/2008:

110 Unidades Penais possuem os 03 tipos de equipamentos de segurança citados;

37 Unidades Penais possuem o aparelho de Raio-X para inspeção de pertences e o pórtico detector de metal de alta sensibilidade;

02 Unidades Penais possuem o aparelho de Raio-X para inspeção de pertences e o Raio X para inspeção de cargas;

03 Unidades Penais apenas o pórtico detector de metal de alta sensibilidade.

Houve a aquisição de 03 Sistemas de Automação (sistemas de supervisão de utilidades, controle de acesso e CFTV) para os Anexos de Detenção Provisória em construção e 02 Sistemas de CFTV para os Centros de Detenção Provisória de Caiuá e de São Bernardo do Campo.

Foram adquiridos equipamentos de cozinha e padaria, beneficiando parcialmente 23 Unidades Penais. Este feito contribuiu para que os sentenciados realizem a manipulação e preparação das refeições com maior higiene.



7. DESEMPENHO AMBIENTAL

7.1 Política de Responsabilidade Organizacional

Procedimentos relacionados com a conduta interna /Cursos em geral

ATIVIDADE	POPULAÇÃO ALVO	DURAÇÃO
<i>Sistematização de Referências Profissionais</i>	Área de Comando das Unidades Penais	16 h/a
<i>Curso de Segurança e Disciplina:</i> - Atuação Operacional (Responsabilidade Funcional) - Gestão de Pessoas - Valorização Humana	Integrantes da Classe de ASP (níveis II – VIII)	08 h/a 12 h/a 16 h/a
<i>Curso para Iniciantes – Assistentes Sociais:</i> - Ética	Assistentes Sociais	24 h/a
<i>Encontro de Diretores dos Centros de Trabalho e Educação</i>	Diretores dos Núcleos e dos Centros de Trabalho e Educação	16 h/a
<i>Realinhamento da Força de Trabalho “Ribeirão Preto”:</i> - Ética	Servidores da Unidade	04 h/a
<i>Realinhamento da Força de Trabalho “São Vicente”:</i> - Gestão de Pessoas - Qualidade de Vida - Ética - Motivação - Gerenciamento de Crise	Servidores da Unidade	08 h/a 04 h/a 04 h/a 08 h/a 08 h/a
<i>Realinhamento da Força de Trabalho “Mirandópolis”:</i> - Ética - Gestão de Pessoas - Gerenciamento de Crise - Motivação	Servidores da Unidade	04 h/a 04 h/a 08 h/a 04 h/a
<i>Workshop “Gestão de Pessoas”</i>	Servidores de Unidades Penais	08 h/a
<i>Ciclo de Palestras “Lucélia”:</i> - Motivação	Servidores da Unidade	08h/a
<i>Palestra de Motivação de Equipe</i>	Servidores da EAP	03 h/a
<i>Palestra Motivação “Jaú”</i>	Servidores da Educação	02 h/a
<i>Palestra “Uma Marca Chamada Você”</i>	Servidores da Coordenadoria Noroeste	02 h/a



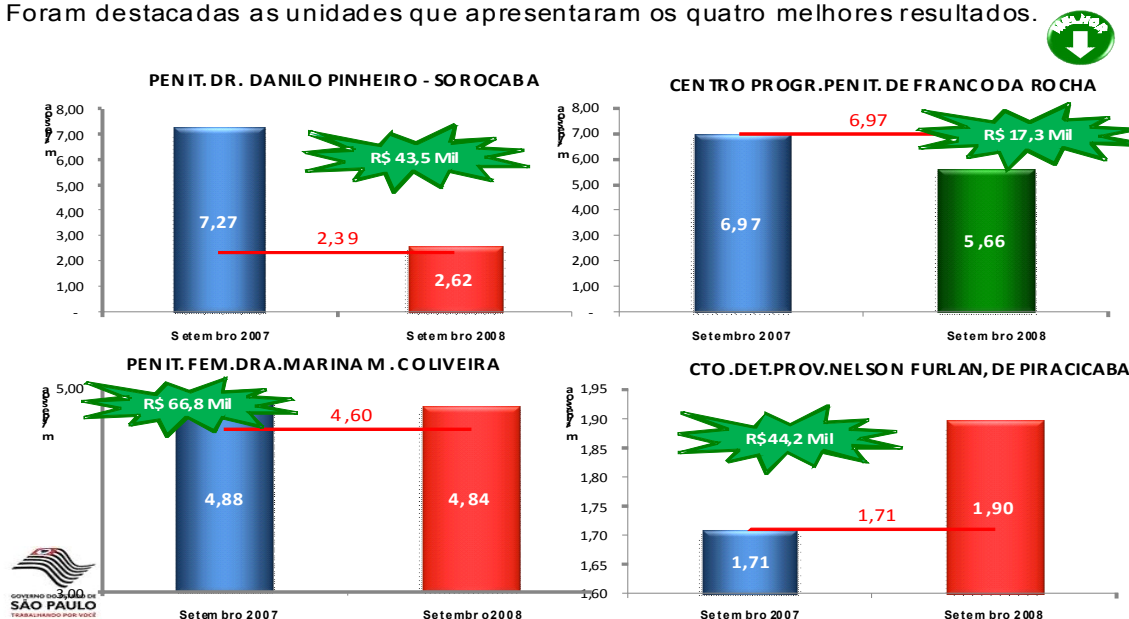
<p><i>Curso de Formação Técnico-Profissional</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Sindicância e Processo Administrativo - Valorização Humana e Ética - Relações Interpessoais 	Agente de Segurança Penitenciária de Classe I	20 h/a 36 h/a 30 h/a
<p><i>Curso de Formação Técnico-Profissional</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Sindicância e Processo Administrativo - Valorização Humana e Ética - Relações Interpessoais 	Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária de Nível I	14 h/a 30 h/a 30 h/a
<p><i>Curso de Especialização Técnico-Profissional de ASP</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Gerenciamento de Crise 	Agente de Segurança Penitenciária de Classe I a VIII	08 h/a

7.2 Consumo de água

- Padronizar procedimento de lavagem de pátio e áreas anexas.
- Disponibilizar equipamentos para equipe de manutenção de rede hidráulica (EPI's)
- Contratar mão de obra especializada para implementar operação e tratamento de esgoto nas Unidades Penais não atendidas pela SABESP.

RESULTADOS – ÁGUA E ESGOTO 2008

Foram destacadas as unidades que apresentaram os quatro melhores resultados.



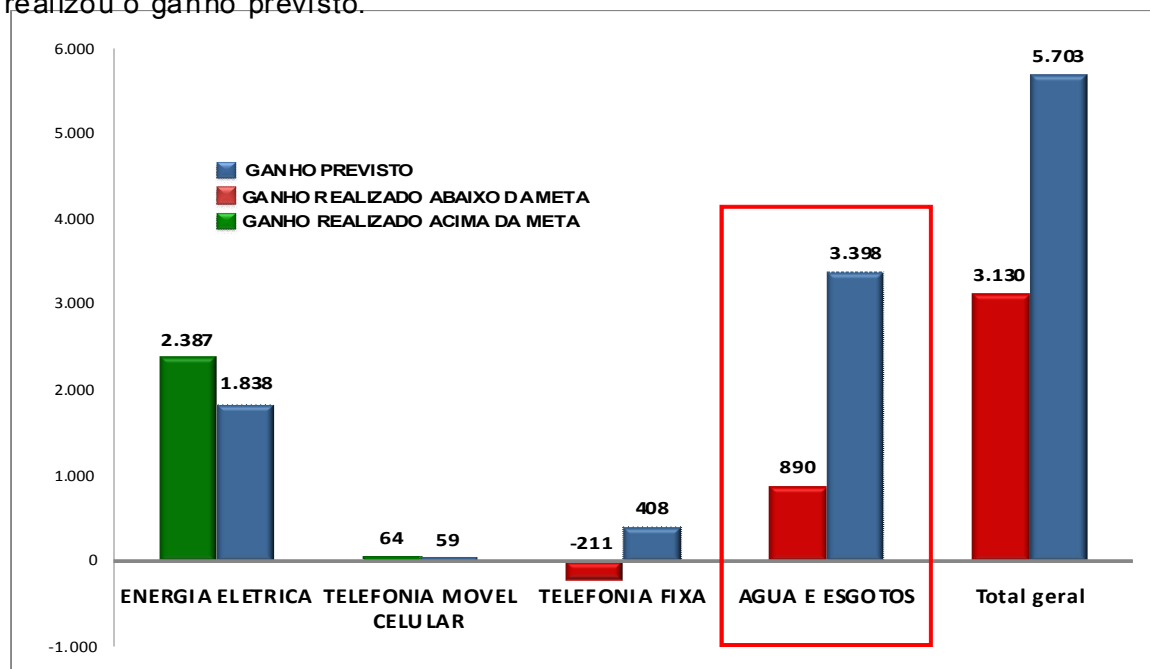


Consumo de água

	2.008 (m3)	2.008 (valor R\$)	2.009 (m3)	2.009 (valor R\$)
Consumo	8.038.998	R\$ 92.307.866,55	8 537 497	R\$ 102.730.313,42

RESULTADOS – PACOTE CONCESSIONÁRIAS

No resultado acumulado (maio à setembro de 2008) o item de despesa Água e Esgoto não realizou o ganho previsto.



7.2.1 Ações e programas de redução de consumo de água e esgoto

- Foi instituído em algumas Unidades Penais, o controle de abertura e fechamento de registro de água (hidrômetro), ou seja, após a transmissão de informações e conscientização da população prisional, algumas Unidades Penais passaram a abrir e fechar o registro apenas em certos horários, mantendo-se diariamente este



procedimento com intervalos de tempo;

- Estão sendo feitas vistorias técnicas para detecção de vazamentos de água nas Unidades Penais, com o auxílio do Departamento Técnico de Engenharia da SABESP (Penitenciária Feminina Sant'Anna);
- Está sendo feito levantamento para aquisição de válvulas para vasos sanitários, com intuito de controlar o fluxo de água;
- Elaboração de planilhas mensais, as quais são encaminhadas para as Unidades Penais preencherem a numeração do hidrômetro (consumo de água por m³), com este método, poderemos detectar se o hidrômetro está com algum problema, se houve ou não algum problema na medição de água feita pela SABESP, e também a redução do consumo de água.
- Está agendado junto à SABESP um curso sobre formas de redução e controle de água, sendo esses métodos utilizáveis nas Unidades Penais.

7.3 Consumo de energia elétrica

	2.008 (KWh)	2.008 (valor R\$)	2.009 (KWh)	2.009 (valor R\$)
Consumo de energia elétrica	117.988.209	R\$ 31.295.461,32	122.334.802	R\$ 33.599.713,30

7.4 Consumo de combustível

Frota própria e locada

Ações e programas de redução ou alteração de consumo de combustível

- Todos os veículos FLEX padronizaram o uso de álcool nas Unidades Penais, Sede do Gabinete e das Coordenadorias Regionais;



- Estão ocorrendo cursos para condutores de veículos oficiais, tendo já ocorrido o de direção defensiva, ofensiva. Nesses cursos houve informações a respeito de direção econômica. Houve um curso patrocinado pela Petrobrás, tendo um engenheiro ensinado métodos para recebimento de combustíveis e formas de teste para detectar algum tipo de adulteração. Existem, no momento, mais 03 cursos em fase de negociação, todos voltados para área de transporte;
- Todos os órgãos do sistema penitenciário passaram a utilizar uma planilha de controle de manutenção, tendo esta atitude já proporcionado bons resultados referentes à conservação de veículos e grande economia de combustíveis;
- Vem ocorrendo uma análise/vistoria mais aprofundada dos veículos, inclusive motos, tendo sido recolhidos vários deles devido a baixa quilometragem km/lts feitos, situação mecânica e outros. O sistema SAF implantado pelo Governo do Estado também vem resultando um bom controle, tanto de manutenção quanto de combustíveis.



Palestra é ministrada a condutores de veículos oficiais das Unidades Penais.

Os funcionários habilitados para a condução de veículos oficiais da



Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) participaram, no mês de outubro de 2008, da palestra Direção Defensiva, Ofensiva e Econômica. As primeiras turmas envolveram cerca de 100 motoristas dos Centros de Detenção Provisória de São Vicente e Praia Grande, das Penitenciárias I e II de São Vicente e do Centro de Progressão Penitenciária de Mongaguá;

A iniciativa partiu da área de Gestão do Pacote de Transportes, com apoio da Escola de Administração Penitenciária. Foi ministrado pelo Policial Militar Rodoviário Sérgio Oliveira em uma parceria com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG). A temática abordou, dentre outros assuntos, conduta no trânsito para prevenção de acidentes. Foram expostos vídeos com depoimentos de vítimas e problemas no trânsito.



Motoristas de Unidades Penais do litoral aprovam iniciativa do curso

Outro ponto de grande interesse na palestra foram as orientações para a economia no desempenho da atividade. Foram transmitidas dicas mecânicas por quem entende do assunto, também sobre abastecimento e para evitar a evaporação de combustível.

Os participantes aprovaram a proposta, aprenderam bastante e tiraram dúvidas do dia-a-dia. A iniciativa deu tão certo que a proposta é de expansão para todo o Estado.



7.5 Soluções Ambientais

EM 30

Licença ambiental

Em 2008, a Secretaria da Administração Penitenciária recebeu da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA as seguintes Licenças Ambientais:

1. Pirajuí - LP emitida em 27/10/2008. Aguarda solicitação de Licença de Instalação;
2. Tupi Paulista - LP emitida em 27/10/2008. Aguarda solicitação de Licença de Instalação;
3. Jundiaí - LP emitida em 14/03/2008. Solicitada LI em 18/08/2008. Foi realizada vistoria no local em 11/09/08. Licença de Instalação emitida em 31/10/2008;
4. Santos - Licença Prévia emitida em 30/07/2008. Aguarda a solicitação da Licença de Instalação;
5. Pontal - LP emitida em 15/10/2008. Aguarda a solicitação da Licença de Instalação;
7. Taiuva - Foi emitida LP em 15/10/2008. Aguarda solicitação de Licença de Instalação;
8. Cerqueira Cesar - Licença Prévia emitida em 28/10/08;
9. Votorantim - Licença Prévia emitida em 27/06/08;
10. Guariba - Licença Prévia emitida em 11/11/08;
11. Tremembé - Licença Prévia emitida em 18/03/08.



7.6 Programas

7.6.1 Projeto Reciclando Papéis e Vidas



Na oficina são ensinadas técnicas de reciclagem para a produção de papéis artesanais

Projeto de qualificação profissional para presos do regime semiaberto e egressos, implantado pela primeira vez no Sistema Prisional Paulista, na Penitenciária II de Tremembé, onde os participantes aprendem técnicas de reciclagem para a produção de papéis artesanais. A primeira turma é formada por 10 homens que passaram por um processo seletivo de avaliação, considerando o tempo de pena e a conduta.



Processo artesanal



Durante o aprendizado, os presos aprendem diversas técnicas de produção de papéis, incluindo a separação dos materiais recebidos e aparas, cozimento, trituração, amaciamento, lavagem, prensagem, secagem e, finalmente, embalagem e controle da produção. Os alunos recebem, por exemplo, o sisal puro e aprendem a cortar as fibras, macerá-las, amaciá-las e triturá-las para incluir ao processo de produção do papel artesanal.

As atividades na oficina contemplam ainda o ensino de conceitos de cidadania, humildade, respeito, organização e obediência.

Inicialmente, a comercialização dos produtos encontra-se restrita às Cidades de São Paulo e Campinas, junto ao segmento gráfico e promocional, devido à produção de caráter artesanal.

7. 6.2 Projeto piloto gera benefícios na alimentação

Novo modelo de contratação é testado na cozinha da Unidade Penal.



São preparadas 12 mil refeições por dia entre café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar.

Após mais de dois anos de estudo foi implantando na Penitenciária Feminina Sant'Ana um projeto pioneiro para contratação de serviços de



alimentação para reeducandos e funcionários das Unidades Prisionais da Secretaria. O grande diferencial desse novo modelo é a maior agilidade no fornecimento do serviço com economia de recursos para o Estado, ao mesmo tempo em que provê atividade laboral aos presos.

O Estabelecimento Penal contrata, através de licitação a empresa, que se torna responsável por adequar e dar manutenção ao espaço da cozinha; colocar os equipamentos necessários, comprar mantimentos para preparar a comida; trazer uma equipe própria. É uma grande inovação para o Sistema de Execução Penal, contratar reeducandos para treiná-los a preparar os alimentos, supervisionando seu trabalho e remunerando-os pelo serviço. A Penitenciária Feminina Sant'Ana foi escolhida para receber o projeto pelo fato de ter uma cozinha grande e recém-reformada.



Alimentação é acondicionada em embalagens descartáveis para garantir a higiene

A empresa que ganhou a licitação para esse primeiro projeto, concorreu com outras 22 empresas da área. Foi estabelecido um contrato inicial de 15 meses, podendo ser prorrogado até 60 meses. Foram contratadas pela empresa as mesmas reeducandas que trabalhavam antes preparando a comida da Unidade Penal.



Reeducandas são treinadas pelos profissionais da empresa

A cozinha do Estabelecimento Penal é responsável pela preparação de cerca de 12 mil refeições diárias, distribuídas entre café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar para as reeducandas e funcionários da PFS.

O cardápio variado, que inclui leite e frutas, é montado pelo nutricionista que compõe a equipe da empresa e aprovado pela Direção da Penitenciária.



Cardápio variado é preparado por nutricionista e aprovado pela direção da unidade



7.6.3 Guia para treinamento e padronização do serviço de nutrição e alimentação do Sistema Prisional do Estado de São Paulo.

O Relatório de Sustentabilidade da Secretaria da Administração Penitenciária encontrou seu limiar expressivo nos indicadores de compras de alimentos e serviços terceirizados em refeição preparada.

A partir da identificação dos “*stakeholders*”, está sendo preparado um plano de comunicação com o “**Guia para treinamento e padronização do serviço de nutrição e alimentação do Sistema Prisional do Estado de São Paulo**”, visando garantir o fluxo da informação correta para cada grupo participante, neste caso principalmente os envolvidos no processo de aquisição e produção de alimentação.

Numa primeira etapa, foram realizadas visitas nas áreas de serviço e alimentação em algumas Unidades Prisionais. Nessas visitas observou-se que existem métodos diferentes na administração das cozinhas: 1- CO-gestão, 2- Alimentação terceirizada transportada e 3 - Administração direta.

Nessa primeira etapa dos trabalhos ficou clara a necessidade de ampliar ações para melhoria do desempenho das cozinhas nas Unidades Prisionais gerenciadas pela Secretaria em administração direta.

Segurança Alimentar e sustentabilidade é o foco do projeto que teve início em setembro de 2009 e está sendo desenvolvido em conjunto com as Nutricionistas da Secretaria.

Em um serviço de alimentação, existe grande quantidade de tarefas diferentes sendo desenvolvidas ao mesmo tempo, a padronização permite diversos benefícios como diminuir, eliminar ou prevenir perdas.





Os Alimentos, em função de suas características físico/químicas (por exemplo água, proteínas, carboidratos, gorduras, vitaminas, sais minerais) são locais ideais para o aparecimento e desenvolvimento de microrganismos.

Os locais, as condições em que são transportados, manipulados, armazenados e preparados interferem significativamente na qualidade microbiológica da alimentação que será consumida, sendo a diferença entre a presença ou a ausência de surto de toxinfecção de origem alimentar.

Visando a segurança alimentar, assim como ações relacionadas à sustentabilidade, foram planejadas as seguintes etapas de ação:

- Diagnóstico situacional do serviço de Alimentação das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo (alimentação preparada e alimentação recebida pronta);
- Elaboração do Guia para Treinamento e Padronização do Serviço de Nutrição e Alimentação do Sistema Prisional do Estado de São Paulo;
- Elaboração do Manual de treinamento dos Manipuladores de Alimentos;

Com o seu desenvolvimento objetivamos:

- Treinar servidores públicos envolvidos com a produção/recebimento dos alimentos e refeições;
- Formar multiplicadores, que irão auxiliar na qualificação da mão de obra dos reeducandos que trabalham na área de produção de alimentos;
- Minimizar as perdas de alimentos durante toda a etapa;
- Minimizar os riscos de surtos de toxinfecção de origem alimentar nas Unidades Prisionais;
- Desenvolver ações que visem a sustentabilidade nesta área;

O manual pretende ser um compêndio da legislação que envolve o assunto e, um meio mais rápido de esclarecer dúvidas quanto à execução,



avaliação das preparações dos alimentos, uso de nutrientes, requerimentos nutricionais, métodos de cocção para diferentes alimentos de origem animal e vegetal.

Para tornar a produção deste material o mais verossímil possível, foi necessário obter informações sobre a atual situação das cozinhas. Assim sendo, estão sendo divulgados dois questionários situacionais, o primeiro para Unidades Prisionais que produzem sua refeição no seguinte endereço: (<http://u.nu/5mkq7>), e o segundo para os Centros de Detenção Provisória no seguinte endereço: (<http://u.nu/6xrq7>).

O primeiro instrumental conta com itens que se referem:

- Recebimento/compra;
- Armazenamento;
- Geladeira/freezer/câmara;
- Equipamentos; limpeza e desinfecção;
- Manipulação; água; resíduos;
- Controle integrado de pragas;
- Sanitários e vestiários da cozinha;
- Saúde;
- Manipulador de alimentos.

O segundo se refere aos Centros de Detenção Provisória que recebem atualmente refeição preparada. O instrumental conta com itens que se referem:

- Água;
- Sobras alimentares
- Ações sustentáveis.

Os questionários situacionais são endereçados aos stakeholders, ou seja, os interessados ou afetados pelo projeto. Os primeiros que imaginamos são os servidores que atuam diretamente nas cozinhas das unidades prisionais.



A importância de ouvir os stakeholders é que além de serem afetados pelo projeto, eles podem ter uma influência direta ou indireta no seu resultado. Uma falha nesta identificação significaria que o projeto não estará pensando nas necessidades de todos os envolvidos, e isto é um fator de risco para o projeto.



Práticas Sustentáveis Desenvolvidas

As ações de sustentabilidade em serviços de alimentação coletiva abrangem aspectos ambientais, econômicos e sociais, relevantes desde a produção do alimento, passando pelo transporte, acondicionamento, preparação e lixo são de importância destacável quando estimulamos:

- ü uso de alimentos da região no cardápio,
- ü desenvolvimento de programas contra o desperdício de alimentos;
- ü uso racional da água e energia;
- ü reciclagem e coleta seletiva do lixo;



- ü controle integrado de pragas;
- ü sensibilização da equipe;
- ü produção de material informativo

A normatização destas ações está diretamente relacionada com a elaboração do Manual de Boas Práticas. Através de métodos de precaução, pode ser possível reduzir custos sociais e econômicos, interligados às ações de promoção e proteção da saúde humana.

Seguida a conclusão da padronização, serão iniciadas medidas de treinamentos técnicos destinadas aos servidores das unidades prisionais, para multiplicação junto aos sentenciados que desenvolvem atividades laborais nas cozinhas institucionais.

Existem diversas ações da Secretaria da Administração Penitenciária visando o desenvolvimento sustentável, tais como: a redução do uso de energia e de água, à utilização de papel reciclado, o controle de emissões decorrentes de consumo, ao estabelecimento de condições de trabalho sadias, ao tratamento igualitário da força de trabalho, o treinamento de servidores, à aceitação da diversidade e à política da anticorrupção.

A produção do GUIA PARA TREINAMENTO E PADRONIZAÇÃO DO SERVIÇO DE NUTRIÇÃO e ALIMENTAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO é mais uma ação para o desenvolvimento sustentável, visando a economicidade de recursos públicos e qualidade de vida.

7.6.4 Inclusão - Carpe Diem

Iniciativa pioneira está acontecendo desde junho de 2009, no Centro de Detenção Provisória de Sorocaba, sob o comando de Marcio Coutinho, diretor e idealizador do Projeto Carpe Diem, bem como apoio da Fundação Professor Dr. Manoel Pedro Pimentel (Funap), Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania (CRSC) e Prefeitura Municipal de Sorocaba.



Segundo Coutinho, o “projeto surgiu da necessidade de separar os presos que praticaram o primeiro delito, de pessoas que tomaram o crime como meio de vida”. O diretor afirma que o objetivo é acompanhar esses internos para que eles não mais retornem a cometer infrações.



Conheça mais sobre o Projeto

Grande parte dos detentos que chegam ao CDP de Sorocaba é presa em flagrante, por delitos de baixo potencial ofensivo como furto, receptação, porte irregular de arma de fogo e outros ilícitos (em sua maioria, sem violência ou grave ameaça), além de, muitas vezes, serem primários.

O tratamento dispensado a estes detentos (que chamaremos “presos de baixo potencial ofensivo”) é idêntico ao efetuado aos de alta periculosidade – reincidentes inveterados, possíveis integrantes de facções ou praticantes de crimes com grave violência à pessoa.

Dessa forma, a permanência de presos de baixo potencial ofensivo com presos de alta periculosidade é danosa aos primeiros, na medida em que serão subjugados pelos segundos, estando sujeitos a uma série de perniciosas influências.

Os presos de baixo potencial ofensivo são normalmente agraciados



com benesses Legais como a Liberdade Provisória e outras penas alternativas à de privação da liberdade, fazendo com que fiquem detidos apenas durante o trâmite Legal dos pedidos.

E assim, após a concessão do benefício, são libertados sem que qualquer terapia prisional tenha sido aplicada, restando do período preso apenas a revolta, o medo e a angústia de horas contadas, minuto a minuto, como se fosse uma eternidade.



O Carpe Diem busca enfrentar essa problemática, criando mecanismos para recepção e permanência de presos primários com aplicação de métodos de ressocialização baseados em cursos laboroterápicos e atendimento psicológico especializado.

Aplicação da Custódia Detentiva Alternativa

Como funciona o Programa:

1. Quando da chegada do preso ao Centro de Detenção Provisória de Sorocaba, são analisados os aspectos objetivos para sua inclusão.

São requisitos essenciais:

- a) não ter sido anteriormente o acusado recolhido a uma unidade prisional;
- b) ser acusado pela prática dos seguintes crimes: lesão corporal, furto, apropriação indébita, estelionato, receptação, porte ou posse irregular de arma de fogo de uso permitido e/ou restrito.

2. Após a análise objetiva, serão verificadas características pessoais e de



comportamento que, se condizentes, possibilitarão a inclusão do acusado no projeto Carpe Diem. Em seguida o interno é encaminhado ao alojamento de observação onde fica durante o período de sua permanência, ou seja, até o final do trâmite do processo.

É importante esclarecer que o interno é desligado do projeto por qualquer ato de insubordinação consistente em falta média ou grave; desinteresse nos cursos da Funap ou aos atendimentos psicológicos ou sociais ou ainda informações sobre o risco de fuga ou resgate.

Assim, os motivos do desligamento são lançados no prontuário do detento e este encaminhado imediatamente a uma das celas internas do Centro de Detenção Provisória de Sorocaba. Do ato de desligamento não cabe recurso.

Falando da Aplicação da Terapia Prisional, segue apenas um resumo das atividades:

1. Atendimento psicológico individual e em grupo Possibilita ao interno o resgate e a construção de ferramentas para o autoconhecimento e a autoavaliação, visando dar maior flexibilidade ao ego, voltado para a mudança e reestruturação intro e interpessoal em atendimentos individuais e em grupo;
2. Atendimento social São realizadas orientações sociais e encaminhamentos, de acordo com as necessidades dos internos e seus familiares junto à Rede de Apoio Social da Prefeitura Municipal de Sorocaba por intermédio da parceria – Mecanismos de Diminuição de Vulnerabilidade – MDV.
3. Grupo de orientação + tratamento – Pretende conscientizar e sensibilizar o indivíduo na aquisição de comportamentos mais saudáveis, além de possibilitar, através de processo de aprendizagem, a aquisição de princípios e valores inerentes à condição de convivência social sadia.
4. As oficinas terão um módulo multitemático, com 32 horas de duração, dividido em oito encontros de quatro horas cada. Cada encontro consiste na abordagem de um tema, entre eles:
 - Indivíduo, mais cidadão, mais trabalhador: as esferas de formação do



sujeito;

- Trabalho e sociabilidade;
- Relações sociais: reflexões sobre as questões de gênero, do direito e da liberdade;
- O mercado de trabalho na atualidade e os desafios da empregabilidade;
- Preparando-se para o trabalho: currículo, entrevistas, qualidade no ambiente e motivação;
- Empreendedorismo;
- Saúde e Segurança para o trabalho;
- Sociedade digital e a informatização do trabalho.

Cada tema é trabalhado a partir do planejamento de conteúdos e atividades específicas, sob coordenação da Funap e suporte pedagógico/conceitual de organizações parceiras. As atividades são realizadas por meio de aulas expositivas interativas e atividades complementares no computador.

7.6.5 Programa - “Pró-Egresso”



Secretários de Estado, prefeitos de diversos municípios do Interior, diretores de unidades prisionais, coordenadores e demais autoridades lotaram o Salão dos Despachos do Palácio dos Bandeirantes para a solenidade de assinatura do programa “Pró-Egresso”, nesta segunda-feira (7/12). O evento teve as presenças do Governador do Estado de São Paulo, José Serra, e do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e do



Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Gilmar Mendes. O “Pró-Egresso” partiu de uma ação conjunta entre os secretários da Administração Penitenciária (SAP), Lourival Gomes, do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), Guilherme Afif Domingos, e da Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC), Luiz Antonio Guimarães Marrey. Tal iniciativa foi concebida para apoiar a Campanha Começar de Novo, do CNJ.



Autoridades estaduais e federais compõem a mesa da solenidade

O objetivo é estimular a inclusão na sociedade e no mercado de trabalho de egressos das penitenciárias paulistas, por meio de programas da SERT, como o Emprega São Paulo (intermediação de mão de obra) e o Programa Estadual de Qualificação Profissional (PEQ). Os órgãos estaduais poderão agora exigir 5% do número total de vagas aos ex-detentos das empresas vencedoras das licitações de obras e serviços. Trata-se de um projeto inédito e do maior programa de apoio ao egresso do país.

Durante a cerimônia, por meio da SJDC – através da Fundação CASA – foi assinado também o termo de cooperação para o “Pró-Egresso Jovem”, para adolescentes que já cumpriram ou estejam cumprindo medida sócio-educativa.

O projeto se inicia na prática com bons índices: o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo



(SEAC) já anunciou a abertura de 1 mil vagas para egressos.

Frases

O secretário Lourival Gomes, após ressaltar a grande evolução do número de presidiários do sistema penitenciário paulista, reforçou o papel da Pasta em projetos que têm como foco a reintegração social. Foram citados os exemplos da Custódia Detentiva Alternativa (Carpe Diem), as Centrais de Penas e Medidas Alternativas e as Centrais de Atendimento ao Egresso. Ao concluir, comemorou: “com o evento de hoje, temos um projeto voltado a recuperar o homem preso”.

“Hoje damos um grande passo”, foi assim que o secretário Guilherme Afif Domingos, da SERT, iniciou sua fala – ocasião em que ressaltou também o dado positivo que, “80% dos egressos que tiveram alguma chance oferecida, se recuperaram”.

O secretário Luiz Antonio Marrey Filho, da SJDC, reforça que “temos que arranjar um caminho para essas pessoas após o cumprimento da pena. O mesmo para os jovens da Fundação CASA”.

Fundamental para que a parceria e o projeto em si tivessem origem, o Ministro do STF Gilmar Mendes aponta que “não há como trabalhar a recuperação da violência sem trabalhar a reincidência”.



O Governador José Serra afirmou que “o programa parte de uma premissa fundamental: a crença na possibilidade de recuperação das pessoas. A gente tem que acreditar na possibilidade de recuperação deles”, concluiu.



8. EQUIPE DE PRODUÇÃO

8.1 Mensagem da Comissão

Ao redigir o Relatório de Sustentabilidade, tivemos uma oportunidade única, a possibilidade de relatar ações com potencial multiplicador, na busca de um ciclo virtuoso de produção e consumo sustentável.

Com isso, mais uma vez, esta Pasta cumpre com seu papel social, pois, ao cuidar da segurança, o Estado e a comunidade terão tranquilidade para administrar escolas, hospitais e gerar mais desenvolvimento econômico.

Este trabalho foi produzido pela Comissão de Compras Públicas Sustentáveis da Secretaria da Administração Penitenciária, com base nas informações dos departamentos responsáveis.

8.2 Comissão Interna de Contratações Públicas Sustentáveis

Sidney Soares de Oliveira

Inayê Ângela Garanha

Paula Goretti Pudles de Oliveira

Andrea Cruz Pinto

Valéria Aparecida da Costa

Antônio do Amparo Barreto

José Hermógenes Cardoso Barreto



Secretaria da Administração Penitenciária

Produção do relatório

Lourival Gomes
Secretário de Estado

Ana Maria Tassinari de Felice Fantini
Chefe de Gabinete

Mariana Noemi Pina
Assessoria Técnica de Gabinete

José Benedito da Silva
Departamento de Recursos Humanos

Informações DRHU
Fabiana Bonato Martins
Leila

Wilson Takao Kubo
Corregedoria Administrativa

Informações Corregedoria
Sheila Gregorio Passos
Rita de Cássia Fogaça Zeni

Mario Sergio Jannini
Grupo de Planejamento Setorial

Janete Luiza Tomé
Departamento de Engenharia

Informações Engenharia
Andresa Barbosa / Letícia Nascimento

Leda Maria Gonzaga
Escola da Administração Penitenciária

Maria José Stuchi Montigelli
Departamento de Administração

Informações Material e Patrimônio
Antonio do Amparo Barreto
Informações Transporte e
Conservação Adriano Beraldo

Rosana G. Tenreiro
Assessoria de Imprensa

Capa - Imprensa: Mariana Borges e
Danilo Yoshida
Informações Imprensa: Site SAP e
Revista SAP

Revisão : Rosa Alice Taschetti Ricci



Relatório Comissão Interna SAP
Secretaria da Administração Penitenciária

Av. Gal. Ataliba Leonel, 656 - Carandiru
CEP: 02088-900 São Paulo - SP
Tel: (11)3206-4700